

2

Cenários e cenas da escravidão na cidade do Rio de Janeiro: um panorama

A recente produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil tem mostrado que não podemos pensar o imenso contingente populacional que foi transferido do continente africano para a América portuguesa como um bloco homogêneo por serem escravos, tampouco, por serem negros. É certo que, na condição de escravos, foram deslocados à força de seu meio social e, subjugados, transferidos para um contexto social totalmente diverso, tendo que se adaptar a este para sobreviver. Também é certo afirmar que diferenças de origem, de língua e de religião, entre outras distinções, não foram apagadas pelo tráfico e nem pela escravidão.¹

Entre o século XVI e meados do século XIX cerca de quatro milhões de africanos foram deslocados para o Brasil. Com um tráfico constante, o abastecimento de mão-de-obra escrava negra foi mantido até a década de 1850, quando foi extinto o tráfico intercontinental de escravos africanos. Embora os números absolutos variem conforme a fonte consultada, estudos realizados sobre essa questão apontam um crescimento, praticamente contínuo, do número de

1 Entre as pesquisas realizadas sobre o cativo no Brasil, investigações sobre identidade étnica dos negros africanos têm ampliado e aprofundado conhecimentos sobre a escravidão no Brasil e no Rio de Janeiro, produzindo informações relevantes sobre origens, heranças, sobrevivências e reelaborações culturais dos escravos. Além do trabalho de KARASCH, Mary, op. cit., 1987, aponto os trabalhos de SOARES, Luiz Carlos. **“O Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007; SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SLENES, Robert. *“Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil*. In: **Revista USP: Dossiê quinhentos anos de América**. São Paulo: EDUSP, nº 12, dez/jan/fev 91/92, p. 48-67; SOARES, Mariza de Carvalho, op. cit., 2000; SOUZA, Marina de Mello e, **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002; ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999; SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. São Paulo: Nova Fronteira/EDUSP, 1992; SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/E. UFRJ, 2003; FARIAS, Juliana Barreto; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flavio dos Santos. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro**. Presidência da República, Arquivo Nacional, 2005; SOARES, Mariza de Carvalho. **Rotas atlânticas da diáspora africana: da baía do Benin ao Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2007.

africanos escravizados.² Na Tab.1, apresentada a seguir, é possível estimar o contingente de africanos desembarcado em território brasileiro entre 1531 e 1850 e acompanhar variações periódicas da migração africana durante os três séculos de tráfico negreiro.

Tratando-se de século XIX, os dados compilados na tabela mostram que somente na primeira metade desse período o tráfico de africanos superou os séculos anteriores. Estudos sobre a escravidão no Brasil têm ampliado conhecimentos no que se refere à distinção e identificação não só das origens, mas também das heranças culturais dos africanos escravizados. Não é de meu interesse apresentar um minucioso quadro sobre esse tema, mas, entre as questões no momento apontadas, cabe acrescentar uma síntese das origens do imenso contingente africano desembarcado no Brasil. Os negros desembarcados nos portos brasileiros eram procedentes de diferentes regiões africanas – Angola, Congo, Guiné, Nigéria, Sudão, Moçambique, entre outras – e de diferentes culturas. Assim, durante três séculos, em um constante fluxo, o tráfico de africanos mesclou etnias, tribos, sociedades e culturas.

2 Sobre o tráfico e as fases migratórias de africanos escravizados para o Brasil, ver: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Orgs.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999; GOULART, Maurício, **A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975; LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p. 21; LOPES; Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988, p. 36-39 e 49; MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990, Capítulo I; PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1993 (Coleção Repensando a História); VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo de tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987; CONRAD, Robert Edgard. **Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985; RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850**. Campinas: Editora UNICAMP, 2000. Especificamente sobre o tráfico de escravos para o Rio de Janeiro destaque FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **O comércio de escravos novos no Rio Setecentista**. In FLORENTINO, Manolo (Org.) **Tráfico, cativo e liberdade** (Rio de Janeiro séculos XVIII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-78; KARASCH, Mary, op. cit., 1987.

PERÍODO	TOTAL NO PERÍODO	MÉDIA ANUAL	TOTAL
1531 – 1575	10.000	222	XVI 50.000
1576 – 1600	40.000	1.600	
1601 – 1625	100.000	4.000	XVII 560.000
1626 – 1650	100.000	4.000	
1651 – 1675	185.000	7.400	
1676 – 1700	175.000	7.000	
1701 – 1710	153.700	15.370	
1711 – 1720	139.000	13.900	XVIII 1.680.100
1721 – 1730	146.300	14.630	
1731 – 1740	166.100	16.610	
1741 – 1750	185.100	18.510	
1751 – 1760	169.400	16.940	
1761 – 1770	164.600	16.460	
1771 – 1780	161.300	16.130	
1781 – 1790	160.900	16.090	
1791 – 1800	233.700	23.370	
1801 – 1810	241.400	24.140	
1811 – 1820	327.700	32.770	
1821 – 1830	431.400	43.140	
1831 – 1840	334.300	33.430	
1841 – 1850	378.400	37.840	
Total	4.003.300	-	-

Tab. 1. *Africanos desembarcados no Brasil – 1531-1850.*

FONTE: Estatísticas Históricas, IBGE, 1987/1986. Baseado em LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990, p.21 e PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1993, p.29.

A grande maioria dos africanos trazidos para o Brasil na condição de escravos veio principalmente da chamada costa da Mina e de Angola, de origens banto e ioruba,³ que compreendiam grupos e subgrupos étnicos, cujas

3 A denominação “banto” que provém do estudo lingüístico e se traduz por “homens de origem comum”, designa um macro-grupo com características lingüísticas e culturais semelhantes. Eles podem ser classificados de acordo com sua localização geográfica, conforme a divisão política atual da África: *bantos ocidentais* (de Angola ao sul dos Camarões, Congo e Zâmbia); *bantos meridionais* (sul da Zâmbia, Zimbábue, África do Sul, Suazilândia, Botsuana, Lesoto e Sudoeste africano); *bantos orientais* (Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Malavi e parte de Moçambique). Os iorubas, ou nagôs, de origem sudanesa, são procedentes da Nigéria, região que se estende de Lagos para o norte até o Rio Niger e a cidade de Benin. Literalmente a palavra “nagô” significa “indivíduo do povo”, do grupo lingüístico Kuba, originário das línguas sudanesas faladas pelo povo ioruba. Ainda sobre essa questão, podemos dizer que, de uma forma geral, os bantos foram espalhados pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, e os iorubas, ou nagôs, prevaleceram nas cidades de Salvador e Recife. Ver MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988; CASTRO, Yeda Pessoa de. A presença cultural negro-africana no Brasil: mito e realidade. In: **Ensaio/Pesquisas**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Centro de Estudos Afro-Orientais, n° 10, julho/1981. Sobre as mudanças da designação “banto” no Brasil do período colonial ao século XIX ver

identificações mesclam designações de tribos, etnias, regiões geográficas e portos de embarque, entre outras. Como exemplo está o caso dos negros africanos identificados no Brasil como “Minas”, um nome genérico dado àqueles originários da “Costa da Mina”, que compreendia uma vasta extensão de terras que ia do Cabo de Palmas (na Libéria de hoje), ao Cabo Lopez (no atual Gabão). A “Costa da Mina” deve seu nome ao Forte de Elmina ou de São Jorge da Mina, fundado pelos portugueses em 1482.⁴

A presença da mão-de-obra escrava africana faz parte da história da cidade do Rio de Janeiro desde as suas origens até a abolição, em 1888. De forma dinâmica e diversificada, o trabalho escravo espalhou-se por toda a vida da cidade, na produção e consumo de bens e serviços, nos valores, na intimidade doméstica, nas ruas. Os escravos são um ponto convergente em todos os escritos sobre o Rio de Janeiro em diferentes épocas. Jonas Finck, tipógrafo alemão que chega ao Rio de Janeiro em 1711 comenta que “há cerca de 8 mil escravos negros na cidade, todos vivendo em condições miseráveis. Esses cativos, desde que aprendam o Pai Nosso e sejam borrifados com água benta, são facilmente aceitos na igreja católica”.⁵

Os portugueses, quando transitavam pelas ruas da cidade, transportados em redes por escravos eram acompanhados de um negro carregando um guarda-sol aberto, para proteção do sol. E como lembra o poeta inglês Richard Flecknoe, que esteve no Rio de Janeiro durante oito meses em 1649, “as mulheres, sempre acompanhadas de duas aias negras que as ajudam a subir e descer, protegem-se dos olhares do vulgo servindo-se de uma rica colcha colocada sobre a rede”.⁶

No final do século XVIII a presença e a inserção de escravos no cotidiano da cidade é motivo de destaque nas impressões de estrangeiros. Conforme lembra Juan Francisco de Aguirre, que esteve na cidade em 1782, “ninguém na cidade os possui em tão grande número quanto os monges beneditinos. Conta-se que, por

VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil colonial** (1500-1808). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001, p.65-68.

4 LOPES, Nei, op. cit, p. 36-39 e 49, e MENDONÇA, Renato, op. cit, p. 38. Sobre as mudanças da designação “banto” no Brasil do período colonial ao século XIX ver VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Dicionário do Brasil colonial** (1500-1808). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001, p.65-68.

5 Apud FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos 1531-1800. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 69.

6 Id. *ibid.*, p. 83.

uma espécie de vaidade, esses monges têm preferência por escravos de cor clara e de boa fisionomia, escravos que se confundam com os portugueses”.⁷

No decorrer do século XIX a presença maciça de escravos no porto, nas ruas, praças e mercados chamava a atenção de estrangeiros de passagem pela cidade. Conforme apontado por Mary Karasch, os relatos de viajantes e artistas estrangeiros revelam que o panorama da cidade no século XIX era incomum “não só por sua beleza natural, mas também por sua grande população africana escrava. Os dois elementos eram inseparáveis da atmosfera e da vitalidade da cidade”.⁸ Na extensa literatura de viagem sobre o Rio de Janeiro no século XIX não são poucos os trechos dedicados à aparência que a presença numerosa de escravos conferia à paisagem da cidade.

Salvo o espírito crítico de observação, muitas vezes preconceituoso e mordaz, e as diferentes intenções e interpretações dos viajantes estrangeiros nas suas descrições sobre a escravidão, é quase uma unanimidade o misto de fascínio e estranheza que causavam os tipos, sons, cores e costumes presentes no cotidiano da coletividade escrava. A maioria das anotações dos viajantes que estiveram no Rio no decorrer do século XIX vem acompanhada de espanto e de admiração pelo que é visto como exótico e pitoresco, captados em diferentes cenas e situações observadas.

Durante o decênio após a chegada da corte portuguesa, entre 1808 e 1818, o inglês John Luccock descreveu que:

antes da dez da manhã, quando o sol começava a subir alto e as sombras das casas se encurtavam, os homens brancos se faziam raros pelas ruas e viam-se então os escravos madraceando à vontade, ou sentados à soleira das portas, fiando, fazendo meias ou tecendo uma espécie de erva, com que fabricavam cestos e chapéus. Outros, entre os quais provavelmente havia alguns pretos forros, prosseguiam nos seus trabalhos de entregadores, saíam a recados ou levavam à venda, sobre pequenos taboleiros, frutas, doces, armarinhos, algodõezinhos estampados e uns poucos outros gêneros. Todos eles eram pretos, tanto homens como mulheres, e um estrangeiro que acontecesse de atravessar a cidade pelo meio do dia quase poderia supor-se transplantado para o coração da África.⁹

Décadas mais tarde, em 1860, Charles Ribeyrolles assim se referiu à cidade:

7 Id. *ibid.*, p. 154.

8 KARASCH, Mary, *op. cit.*, 1987, p. XV, traduzido por mim.

9 LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1951. p. 74-75.

Gostais da África? Ide, pela manhã ao mercado próximo do porto. Lá está ela, sentada, acocorada, ondulosa e tagarela, com o seu turbante de casimira, ou vestida de trapos, arrastando as rendas ou os andrajos. É uma curiosa e estranha galeria, onde a graça e o grotesco se misturam. Povo de Cam, debaixo de sua tenda.¹⁰

Afora juízos de valor e formas de expressão dos observadores, as duas descrições contêm, mais ou menos explicitamente, informações sobre a vida dos cativos do Rio, indicando categorias de pessoas, atividades, espaço e tempo. Junto com tipos, paisagens e objetos observados pelos dois viajantes, alguns aspectos das roupas dos escravos, como meias, chapéus, turbantes de casimira, trapos, rendas e andrajos, participam na composição dessas cenas da escravidão na cidade.

Com o entendimento da roupa como um indicador material de cultura, portador de idéias e valores culturais e sociais do mundo social vivenciado, a investigação de hábitos e formas de vestir da população cativa compreende a sua articulação a aspectos culturais e sociais da escravidão. Nesse sentido, vale a pena refletir sobre o espaço físico, a configuração e o ambiente da cidade, na tentativa de melhor apreender aspectos materiais, sociais e culturais que marcavam a existência dos escravos do Rio de Janeiro oitocentista.

Desse modo, entendo ser apropriado abrir um parêntese para uma breve incursão sobre as feições da cidade no século XIX, como um dos ângulos de observação favorável à tentativa de melhor compreender e ampliar a percepção de elementos que constituíam e regulavam a vida da coletividade escrava, refletindo sobre os espaços urbanos, tipos, atos e funções que marcavam o seu cotidiano. O objetivo é contextualizar de forma mais completa hábitos e práticas dos escravos em diferentes circunstâncias, notadamente as roupas e os modos de vestir.

2.1

O Rio de Janeiro no século XIX: breve explanação

A vinda da Família Real portuguesa, com a transferência de uma corte européia para a cidade, fomentou uma série de transformações sociais, políticas e econômicas. Imediatamente após o desembarque da corte portuguesa, a cidade

10 RIBEYROLLES, Charles. **Brasil pitoresco**: história, descrição, viagens, colonização, instituições. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 203.

passou a experimentar mudanças para alojar os novos habitantes recém-chegados e adequar a cidade à sua nova condição.

A instalação da Corte na cidade contribuiu para atrair migrantes, movidos por razões diversas. A cidade assimilou, ao longo do século XIX, um imenso contingente de portugueses, que correspondeu a cerca de 45% dos lusitanos que se deslocaram para o Brasil nesse período. No início a arquitetura e a estrutura urbana da cidade ainda deixavam a desejar para aqueles que vinham de uma metrópole europeia. A necessidade de adaptar e criar residências para acomodar o grande número de pessoas que chegavam intensificou o desenvolvimento de áreas da cidade.

A cidade cresceu e se desenvolveu com rapidez nas primeiras décadas do século XIX, e o impacto de seu crescimento populacional pode ser avaliado pelos dados pesquisados por Luis Carlos Soares. Em 1808 a população do Rio de Janeiro era composta por um total de 60.000 habitantes que se dividiam em 48.000 livres e 12.000 escravos. Na década seguinte, ainda de acordo com o autor, essa população cresceu de forma significativa e chegou, em 1821, a 116.444 habitantes no município, dentre os quais 86.323 viviam na cidade, divididos em 45.947 livres e 40.376 escravos.¹¹

Relacionado ao crescimento urbano e, principalmente, ao aumento populacional, sem a preocupação com saneamento, acentuaram-se as condições insalubres do Rio de Janeiro. Sobre essa questão, encontramos em Delso Renault um trecho que, mesmo de forma sucinta, expõe circunstâncias a que estavam submetidos os habitantes do Rio de Janeiro, no início da década de 1850:

[...]. A população serve-se das bicas e chafarizes instalados nos bairros populosos. Obras executadas nos rios Cabeça, Jardim Botânico, permitem que a água jorre das torneiras e chafarizes abertos em Botafogo e arredores. Algumas tentativas para levar água às casas, como a de 1833, não logram êxito. [...]. Do mesmo modo, isto é, vagarosamente, evolui o serviço de esgoto. Daqui a cinco anos (1857) o governo dará os primeiros passos para sua instalação. [...].

11 SOARES, Luiz Carlos. **Urban slavery in nineteenth-century Rio de Janeiro**. London: University of London, 1988. p. 25-28. Tese de Doutorado, fotocópia, traduzido por mim; SOARES, Luiz Carlos, op. cit., p. 25-37. Dados demográficos apresentados por Luis Carlos Soares foram coletados, entre outras fontes, de censos realizados durante o século XIX. Para uma apreensão ampla do desenvolvimento demográfico da cidade do Rio de Janeiro ver LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro** - do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2v., p. 223-255.

Dispondo de serviços públicos tão deficientes não de ser precárias as condições sanitárias do belo Rio de Janeiro.¹²

Não são poucas as reclamações de pessoas que residiam ou estavam de passagem pela cidade sobre a precariedade sanitária da cidade que, associada ao calor e à umidade do clima subtropical úmido da região, ocasionavam desconforto físico e a proliferação de doenças. Através dos relatos de viajantes percebemos que o ambiente doentio do Rio permaneceu durante o século XIX, ocasionando o surgimento de surtos epidêmicos. Várias epidemias se espalharam e causaram a morte de milhares de pessoas em todas as camadas sociais, atingindo principalmente o centro da cidade, onde se encontrava a população mais pobre e o maior número de escravos.¹³

Além da imigração de muitos estrangeiros, durante a primeira metade do século XIX foi intensificado o tráfico de escravos, em função da demanda de mão-de-obra com a expansão da cafeicultura. A população do Rio sofre alterações significativas tanto de forma quantitativa quanto qualitativa. Na Tab.2, a seguir, é apresentado um panorama sobre a população do Rio de Janeiro entre 1799 e 1872.

	LIVRES	ESCRAVOS		LIBERTOS		TOTAL
		Africanos	Crioulos (a)	Africanos	Crioulos (a)	
1799	19.578	14.986		8.812		43.376
1821	45.947(b)	40.376		(c)		86.323
1849	116.319	52.341	26.514	7.589	3.143	205.906
1872	191.176(d)	8.942	28.625	(c)		228.743

Tab. 2. *Varição da população da cidade do Rio de Janeiro: 1799 – 1872.*

(a) escravos nascidos brasileiros

(b) incluindo libertos.

(c) incluídos no total de habitantes livres

(d) 69.661 estrangeiros livres, incluindo africanos libertos, e 121.515 brasileiros livres

FONTE: Baseado em KARASCH, Mary. **Slave life in Rio de Janeiro: 1808 -1850.**

Princeton: Princeton University Press, 1987, SOARES, Luis Carlos. **Urban Slavery**

in nineteenth century Rio de Janeiro. London: University of London, 1988,

(traduzidos por mim).

12 REANULT, Delso. **Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais: 1850-1870.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978, p. 55-56.

13 Ao longo de todo o século XIX o Rio de Janeiro foi atingido por grandes epidemias, como a de febre amarela, que em 1849 matou cerca de quatro mil pessoas, e a cólera, em 1855. Além de surtos epidêmicos, doenças como tuberculose, tifo, varíola, rubéola e gripes atacavam regular e mortalmente moradores e visitantes da cidade. Sobre os tipos, e os efeitos, de doenças na população escrava da cidade, ver KARASCH, Mary, op. cit., 1987, Capítulo 6.

O funcionamento da cidade era sustentado principalmente pela mão-de-obra escrava. Para tudo era utilizado o escravo. Os sistemas de água e esgoto, o recolhimento de lixo, o abastecimento de víveres e o transporte de cargas e mercadorias, eram demandas, entre outras, que pressupunham a existência de escravos. A utilização dos principais espaços públicos da cidade era prerrogativa dos trabalhadores escravos, desempenhando tanto atividades fundamentais para o funcionamento e para o desenvolvimento da cidade, quanto atividades cotidianas de trabalho, consideradas “indignas” entre os setores livres da população.

Com a abertura dos portos do Brasil foi intensificada a vinda para o Rio de Janeiro de um grande número de viajantes estrangeiros. De fato, o Rio de Janeiro, a partir de 1808, ganhou notoriedade internacional, passando a ser o destino de viajantes estrangeiros interessados em conhecer de perto a beleza natural e o exotismo que a população de negros africanos imprimia à cidade. Da Europa chegaram produtos caros e refinados, e novos hábitos e gostos foram introduzidos na vida das classes sociais economicamente privilegiadas da cidade. Também da Europa chegavam imigrantes, portugueses em maior número, engrossando o mercado de trabalho livre, e acirrando a disputa pelas melhores oportunidades de emprego na cidade.¹⁴

Durante o decorrer da primeira metade do século, foi realizada uma série de transformações que visavam modernizar a cidade, porém, permaneceram nítidas na cidade a precária estrutura física e funcional e a escravidão negra. O Rio manteve características coloniais em alguns aspectos de sua estrutura urbana. As anotações dos viajantes permitem avaliar o aspecto físico da cidade, com ruas e vielas tortuosas, estreitas e escuras, por onde intensamente circulavam pessoas, carroças e animais de carga.

O viajante Thomas Ewbank, autor de significativas descrições do cotidiano do Rio de Janeiro no século XIX, nos dá uma dimensão das condições de trabalho a que estavam submetidos os escravos que circulavam nas ruas e logradouros públicos, em 1840:

Como é penoso para os animais puxarem carros por esses caminhos! No entanto o que se poderá dizer dos sacrifícios humanos em suor e esforços,

14 Sobre o perfil da imigração portuguesa na corte na primeira metade do século XIX, ver RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

incessantemente oferecidos em tais ruas como em muitos altares; dos escravos presos a carroças maciças cujas rodas, rangendo sob o peso de grandes cargas, fazem tremer as paredes e os soalhos dos prédios vizinhos; dos escravos arfando em sua marcha lenta e tortuosa, retesando os músculos, a ponto de rebentar?¹⁵

No contexto de transformação das condições de vida na cidade, destacamos o caráter público do cotidiano dos habitantes do Rio. A reclusão domiciliar que caracterizava a vida do Rio de Janeiro colonial foi substituída pela descoberta em freqüentar determinados espaços públicos em seus passeios e diversões. Porém, em uma cidade onde as principais áreas livres públicas eram predominantemente ocupadas por cativos e pobres, na disputa cotidiana por espaço e trabalho, surgiram o medo e a insegurança do convívio público de diferentes segmentos da população livre com os numerosos escravos que circulavam pelas ruas e logradouros da cidade.

Antes da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro já havia uma preocupação das autoridades em ordenar usos e funções de espaços coletivos e com a higiene pública na cidade. Com essa idéia, o Vice-Rei Marquês de Lavradio transferiu para o cais do Valongo,¹⁶ em 1779, o mercado de escravos que, até então, funcionava em uma das mais tradicionais e importantes vias públicas da cidade, a rua Direita.¹⁷ Com a transferência do mercado de escravos para o cais do Valongo, foram atraídas para o local outras várias atividades. Foi incentivada a ocupação de áreas em direção ao norte da cidade, e foram criadas ligações marítimas entre o cais e outras freguesias.¹⁸

A introdução de mão-de-obra escrava na cidade intensificou-se até meados do século XIX, quando o Rio de Janeiro concentrou os maiores contingentes de escravos urbanos em território brasileiro. Na Tab.3, apresentada a seguir, é possível perceber tanto o crescimento e a distribuição espacial da população

15 Id. *ibid.*, p. 73.

16 BERGER, Paulo. **Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro** – I e II Regiões Administrativas (Centro). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1974, p. 31.

17 Segundo KARASCH, Mary, *op. cit.*, 1987, p. 35-36, o Valongo existiu até 1831, quando foi proibido por lei em 7 de novembro deste ano, depois que o tráfico foi declarado ilegal. Mesmo após a proibição do tráfico, a venda de escravos importados continuou a ser feita em depósitos clandestinos. Em 1838 a Inglaterra denunciou que cerca de 5.000 novos escravos foi colocada à venda em depósitos localizados em Jurujuba, Ponta do Caju, fortaleza de São João e Rua da Quitanda.

18 Em 1842, o local que durante anos funcionou como mercado de escravos foi escolhido para o desembarque no Rio de Janeiro da futura Imperatriz Tereza Cristina. Após reformas de urbanização o cais do Valongo passou a ser denominado cais da Imperatriz.

residente nas freguesias urbanas da cidade, quanto o impacto da presença de escravos e libertos durante o período.

FREGUESIAS	LIVRES ^a	ESCRAVOS	TOTAL
1799			
Sé Catedral	8.115	3.372	11.487
São José	5.212	3.584	8.796
Candelária	4.852	4.636	9.488
Santa Rita	9.406	2.991	12.397
Conventos	805	403	1.208
TOTAL	28.390	14.986	43.376
1821			
Sacramento	12.525	9.961	22.486
São José ^b	11.373	8.438	19.811
Candelária	5.405	7.040	12.445
Santa Rita	6.949	6.795	13.744
Santana	6.887	3.948	10.835
Engenho Velho	1871	3.006	4.877
Lagoa	937	1.188	2.125
TOTAL	45.947	40.376	86.323
1849			
Sacramento	27.641	14.215	41.856
São José	17.050	10.357	27.407
Candelária	10.143	8.540	18.683
Santa Rita	19.508	12.304	31.812
Santana	25.877	12.840	38.717
Engenho Velho	11.125	9.759	20.884
Gloria	8.891	6.779	15.670
Lagoa	6.816	4.061	10.877
TOTAL	127.051	78.855	205.906

Tab. 3. *População da cidade do Rio de Janeiro: 1799, 1821, 1849.*

FONTE: Baseado em KARASCH, Mary C. **Slave life in Rio de Janeiro: 1808-1850.** Princeton: Princeton University Press, 1987, p. 62 e 65 (traduzido por mim).

^a Incluídos libertos.

^b Incluída área que mais tarde seria a freguesia da Glória.

Após a extinção do tráfico negreiro, em 1850, com a redução de mão-de-obra escrava disponível e a conseqüente valorização do preço dos escravos, muitos cativos da cidade foram vendidos para proprietários rurais. É certo que muitas outras questões fizeram parte no processo de decadência da escravidão no Brasil, cuja abrangência não cabe ora analisar, mas remarcar os reflexos gerais desse processo no cotidiano da população escrava da cidade.

Através dos dados da Tab. 2 é possível perceber os efeitos da proibição do tráfico na configuração da população escrava do Rio de Janeiro. Em 1849

existiam 52.341 escravos africanos na cidade. Em duas décadas ocorreu uma redução significativa para 8.942 escravos africanos residentes na cidade em 1872. Já na Tab. 3, são apresentados dados que dão conta das alterações na configuração e na distribuição dos habitantes residentes nas principais freguesias da cidade ocorridas durante a primeira metade do século.

No decorrer da segunda metade do século XIX houve um crescimento significativo da população não escrava da cidade. Enquanto a expansão urbana da cidade acentuava o congestionamento do antigo “centro”, ocorreu o desenvolvimento de áreas mais afastadas.

A concentração comercial fez com que ruas do centro aglutinassem habitantes de diferentes camadas sociais, que se misturavam em um cenário diverso, e dinâmico, que tanto chamou a atenção de viajantes estrangeiros de passagem pela cidade. Assim como a rua Direita, a rua do Ouvidor identificava uma das faces do Rio de Janeiro oitocentista, esta favorecida pela urbanização e pela europeização da vida social. Em contraste ao Rio dos despossuídos, dos escravos de ganho, dos vendedores ambulantes e pequenos artesãos, pela rua do Ouvidor circulavam os grupos dominantes e os letrados da cidade, freqüentando cafés, e lojas, em contato com a cultura e a moda européia.

Enquanto as festas oficiais, os saraus e bailes de salão entretinham “a boa sociedade”, os escravos, pobres e libertos freqüentavam festejos e comemorações populares e religiosas. Os batuques eram as celebrações típicas mais difundidas da cultura negra. Realizados em lugares a isso destinados, eram ocasiões em que escravos, e libertos, nascidos africanos ou nascidos brasileiros, manifestavam a “quase” liberdade individual e coletiva, buscando com cantigas e danças amenizar o cotidiano da escravidão.

No âmbito da vida religiosa, as festas de alguns santos eram particularmente celebradas, como por exemplo, a de São Sebastião, padroeiro do Rio de Janeiro, quando a cidade ficava iluminada por três noites seguidas.¹⁹ As procissões eram concorridas, e os batizados, os casamentos e os funerais eram grandes momentos de celebração. A cidade possuía um vasto conjunto de igrejas

19 Em SCHWARCZ, Lilia Moritz, **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 292-294, é apresentado calendário das festas religiosas, populares e oficiais, no Rio de Janeiro durante o século XIX.

e um significativo número de confrarias e irmandades religiosas,²⁰ que reuniam grupos de fiéis em torno de um mesmo santo de devoção, e cujas associações podiam compreender laços raciais e sociais. Existiam irmandades de negros, irmandades de pardos e irmandades de brancos, irmandades de escravos, de libertos e de livres.

O crescimento populacional intensificou os problemas de habitação, abastecimento de água e saneamento da cidade. O sistema de transporte público precário fez com que nas freguesias centrais da cidade, de exíguas dimensões espaciais e poucas acomodações disponíveis, se concentrasse um crescente e heterogêneo corpo social, majoritariamente pobre e composto por escravos, livres e libertos, cuja convivência era marcada pela disputa por espaços e trabalho.

Nesse sentido, foram criados espaços cotidianos de vivência e socialização, com a concentração territorial de grupos sociais, talvez em busca de proteção e sobrevivência. Ainda que com suas diferenças étnicas, lingüísticas e culturais, africanos de diferentes grupos de procedência e seus descendentes estabeleciam laços de solidariedade e autoproteção. A existência de comunidades africanas e crioulas no Rio de Janeiro aparece em textos de cronistas e na memória oral de comunidades negras da chamada Pequena África, ou África Pequena.²¹ Essa denominação, de acordo com Roberto Moura, foi dada pelo pintor e sambista Heitor dos Prazeres ao trecho da cidade que se localizava entre a área do cais do porto e a Cidade Nova, em torno da Praça Onze, majoritariamente composta por negros baianos vindos para o Rio depois do levante dos Malês, ocorrido na Bahia em 1835.²² Eduardo Silva, por sua vez, aponta que essa expressão “foi tomada pela historiografia mais recente da cidade para indicar exatamente a unidade social e cultural afro-brasileira que se percebe” na comunidade formada pelos

20 De uma forma geral, as denominações “confraria” e “irmandade” são usadas indistintamente definindo organizações religiosas que reuniam leigos, regidas por compromissos e objetivos religiosos, sociais e culturais, porém existiam diferenças, embora sutis, entre essas duas formas de organização. Sem a expectativa de aprofundar esta questão e me restringindo a sua abordagem neste panorama geral optei pelo uso do termo irmandade. Vários autores já estudaram as irmandades em diferentes cidades brasileiras, entre os quais alguns se dedicaram ao Rio de Janeiro, ABREU, Martha, op. cit., 1999; SOUZA, Marina de Mello e, op. cit., 2002; SOARES, Mariza de Carvalho, op. cit., 2000; KARASCH, Mary, op. cit., 1987; CAVALCANTI, Nireu, **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 206-218, p. 425-426. Este último apresenta um levantamento das Irmandades existentes no Rio de Janeiro até o século XVIII, com os respectivos anos de sua fundação.

21 Ver LOPES, Nei, op. cit., p. 68-70; MOURA, Roberto, op. cit.; SILVA, Eduardo, op. cit., p. 81.

22 MOURA, Roberto, op. cit., p. 62.

distritos de Santana, Cidade Nova, Santo Cristo, Saúde e Gamboa, que se organizou em torno de uma “herança comum afro-brasileira de trabalho, festa e religião[...]”.²³

A chegada em massa de imigrantes portugueses acentuou o crescimento desordenado dos cortiços na cidade, principal forma de habitação do homem pobre e livre do Rio de Janeiro. Podemos dizer que o centro da cidade cresceu sobre si mesmo, em um processo de encortiçamento, com a transformação em cortiços de residências abandonadas pelos ricos buscando se afastar da insalubridade da região. Sidney Chalhoub, em *Cidade febril*, afirma que os cortiços cresceram a partir de meados do século XIX.²⁴ De acordo com Sandra Graham, os 114 cortiços, com 4.003 habitantes que existiam no centro da cidade em 1856 multiplicaram-se para 502 cortiços com 15.054 habitantes em 1867, chegando a 1331 cortiços com 46.680 habitantes, em 1888.²⁵

No final da segunda metade do século XIX, à semelhança do discurso higienista e de medidas adotadas na Europa, foram tomadas algumas medidas visando o embelezamento do Rio de Janeiro. O ajardinamento de praças, calçamento e arborização de ruas e melhoramento das condições de higiene da cidade foram os primeiros passos para fazer com que o Rio de Janeiro entrasse no novo século com um aspecto europeu, com forte inspiração no modelo parisiense de urbanização. Mudanças que tinham por objetivo deixar de vez para trás a herança colonial, para ocupar o lugar de destaque como capital da República, proclamada em 1889, um ano após a abolição da escravidão no país.²⁶

23 SILVA, Eduardo, op. cit., p. 81.

24 CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

25 GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 39.

26 Para um panorama sobre a mudança do espaço urbano do Rio de Janeiro, com as transformações na estrutura física da cidade ao longo do século XIX, ver ABREU, Maurício Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/JZE, 1987; PEREIRA, Sonia Gomes. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 1998, p.69-139; ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920**. Coleção Biblioteca Carioca Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1995, 2ª ed.;

2.2 Sobre a escravidão no Rio oitocentista

Em seu amplo estudo sobre a escravidão negra no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, Mary Karasch²⁷ afirma que para um conhecimento mais aprofundado a respeito deste tema é necessária a superação de algumas concepções teóricas da historiografia clássica brasileira sobre a escravidão no Brasil, entre as quais a autora destaca três, designadas por ela como “mitos”. A primeira diz respeito à benevolência dos senhores de escravos, cujo tratamento suave abrandou os males da escravidão na vida dos escravos.

Para Karasch, essa tese, defendida, sobretudo por Gilberto Freyre, apoiava-se nos relatos e narrativas de viajantes com passagem rápida pelo Rio de Janeiro, que registraram a existência de escravos domésticos bem vestidos. A partir dessas afirmações, surgiu a conclusão de que no Brasil os escravos eram bem tratados pelos seus donos,²⁸ e de maneira menos árdua do que os cativos da América do Norte.

O segundo “mito” apontado por Karasch diz respeito às origens africanas dos escravos traficados para o Brasil, apontados como “culturalmente superiores da África Ocidental”. Essa afirmação tem como base os estudos realizados no início do século XX sobre a escravidão na cidade de Salvador²⁹ que, segundo Karasch, realmente se configurou numa exceção, pois graças à conexão comercial “com uma parte da costa da África Ocidental [...] seus escravos tinham origens muito diferentes daqueles que foram para o sul do Brasil”.³⁰

O terceiro e último “mito” contestado por Karasch, é o de que, ao contrário de Salvador, o Rio de Janeiro perdera as suas tradições africanas. Divergindo desta afirmação ela argumenta que “a cidade do Rio tem também preservados muitos costumes [...] africanos”, apoiando-se no fato de que a cidade durante a primeira metade do século XIX era “o principal mercado de distribuição dos escravos vindos [...] da África para as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais

27 KARASCH, Mary, op. cit., 1987.

28 Id. ibid. p. xix -xx.

29 Entre os autores do início do século XX dedicados ao estudo da escravidão na Bahia, estão Raimundo Nina Rodrigues, Manuel Querino e Arthur Ramos, entre outros. Ainda de acordo com KARASCH, Mary, op. cit., 1987, p. xx “os estudos mais recentes de Donald Pierson, Pierre Verger, Kátia M. Queirós Mattoso, e Stuart B. Schwartz continuam levando brasileiros a pensar em Salvador como o único berço de cultura africana no Brasil.”

30 Id. ibid., p. xx.

e São Paulo, onde as grandes plantações de café substituíram a floresta tropical”.³¹ Salvador, por sua vez, vinculada a uma decadente cultura nordestina de açúcar, passou a vender seus escravos para o Rio de Janeiro.

Segundo Karasch, durante a primeira metade do século XIX,

mais africanos foram importados para o Rio de Janeiro do que para Salvador. Quase um milhão de africanos passou pelo porto do Rio ou perto dele. Embora a maioria não tenha permanecido na cidade, o número que ficou foi suficiente para influenciar as origens nacionais dos escravos cariocas e, portanto, sua cultura.³²

Sobre o impacto da presença africana e escrava, cabe retomarmos os dados extraídos do trabalho de Luis Carlos Soares³³ e os das tabelas 2 e 3. Com essas informações acerca da população do Rio de Janeiro no século XIX é possível ter idéia sobre o impacto da inserção e da participação dos escravos na vida e no cotidiano da cidade.

Para examinar a escravidão no Rio de Janeiro oitocentista, é necessário ter na devida conta que sua população cativa constituía um grupo social complexo cuja organização se configurava de acordo com as diferentes origens africanas dos escravos e a variada gama de funções e atividades que desempenhavam.

Em seu pioneiro estudo sistemático sobre a escravidão em uma cidade brasileira, Mary Karasch elabora uma pesquisa minuciosa sobre as origens africanas dos escravos do Rio de Janeiro, identificando um universo variado de procedências étnicas, com a localização territorial como fator de peso.³⁴ Nesse sentido cabe destacar que estudos recentes no âmbito da história e da etnografia africana têm ampliado o conhecimento sobre a formação étnica e cultural do

31 Id. *ibid.*, p. xx.

32 Id. *ibid.*, p. xx.

33 SOARES, Luis Carlos, *op. cit.*, p. 25-28.

34 Em KARASCH, Mary, *op. cit.*, 1987, a autora apresenta no capítulo dedicado a essa questão, *The nations of Rio*, um quadro detalhado sobre as diferentes origens étnicas dos africanos trazidos como escravos para o Brasil e para o Rio de Janeiro. De acordo com a autora, as sete mais importantes nações africanas no Rio do século XIX eram: Mina, Cabinda, Congo, Angola, Cassange, Benguela e Moçambique. Essa lista, cujos nomes denotam portos de exportação ou vastas regiões geográficas, revela como africanos escravos e seus descendentes se definiram e se agruparam como nações na cidade, de acordo com a autora. Em trabalho desenvolvido posteriormente ao seu estudo sobre a escravidão no Rio oitocentista, Mary Karasch aprofunda suas análises sobre a origem e o uso do termo “nação” para designar as identidades dos africanos, introduzindo, inclusive, o conceito de “comunidades imaginadas” para designar as novas comunidades que os africanos criaram, já no final do século XVIII no contexto da escravidão, e que não estavam baseadas em uma mesma etnia. KARASCH, Mary, *op.cit.*, 2000, p. 127 - 139. Sobre informações acerca das diferentes origens dos negros africanos escravizados trazidos para o Brasil e o Rio de Janeiro ver também referências citadas nas notas 1 e 2 deste capítulo.

continente africano. Conforme apontado por Kwame Anthony Appiah, “ninguém que conheça esses lugares poderia negar – que há espaço de sobra na África, em Gana, até mesmo em Achanti, para todos os tipos e situações de homens e mulheres; que em todos os níveis, a África é vária”.³⁵

Ainda de acordo com Appiah, não existia na África pureza genética intergrupar, e um dos fatores apontado como responsável é a migração voluntária característica de grupos africanos, que durante séculos se deslocaram para estabelecer novos povoados. Dessa forma, as “raízes” africanas não eram localizadas num determinado lugar e sim em um grupo de parentesco, nos ancestrais, numa posição genealógica. Portanto, é errôneo estabelecer vínculos entre procedência regional e grupos étnicos, com a atribuição de características físicas, psicológicas, morais culturais e sociais.

Todavia, essa é a forma de observação e caracterização adotadas pelos viajantes e artistas dos oitocentos nos registros textuais e imagéticos sobre a população escrava do Rio de Janeiro. Os comentários de Elizabeth Agassiz,³⁶ norte americana que acompanhou o marido, o naturalista Louis Agassiz, em viagens realizadas no Brasil entre 1865 e 1866, sobre negros vendedores no mercado de peixes da cidade são ilustrativas desse aspecto.

Sabemos agora que esses negros atléticos, de rosto distinto e de tipo mais nobre que o dos negros dos Estados Unidos, são os Minas, originários da província de Mina na África Ocidental. É uma raça possante, e as mulheres em particular têm as formas muito belas e um porte quase nobre. Sinto sempre grande prazer em contemplá-las na rua ou no mercado, onde se vêem em grande número, pois as empregam mais como vendedoras de frutas e legumes do que como criadas. Diz-se que há, no caráter dessa tribo, um elemento de independência indomável que não permite empregá-la nas funções domésticas.³⁷

Suas afirmações transcendem o domínio da descrição e acrescentam comentários críticos avaliativos sobre atributos físicos e comportamentais associados à procedência étnica e territorial.

Entre as recentes análises sobre as relações entre cultura e identidade étnica dos africanos e seus descendentes, retomamos o já mencionado estudo de

35 APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p.12. O autor reúne nesse trabalho uma coletânea de ensaios que tratam de questões referentes à identidade africana, abordada em um campo de enfoque interdisciplinar, com incursões pela filosofia, sociologia, antropologia e história, entre outras áreas.

36 AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary, op. cit..

37 Id. *ibid.*, p.68.

Mariza Soares sobre as diferentes procedências dos escravos da cidade no século XVIII. Conforme ela afirma,

o levantamento das procedências africanas da cidade do Rio de Janeiro provoca, de início, o problema da delimitação da questão étnica e da distinção entre nações e grupos étnicos. Embora a historiografia tenha, muitas vezes, usado os dois termos indistintamente, eles não são intercambiáveis. Mesmo tendo um componente cultural, a “nação” é atribuída aos escravos pelos agentes colonizadores (Estado, comerciantes, Igreja) e definida no quadro do Império português. Só a partir daí é incorporada pelo grupo.³⁸

Ainda de acordo com Mariza Soares, eram duas as principais regiões de origem da população africana do Rio de Janeiro nesse período, Costa da Mina e Angola, prevalecendo a presença dos “pretos de nação mina”. A partir de suas investigações sobre essa questão, ela desenvolve a noção de “grupos de procedência”, enfatizando que definições de grupos de origem, ditas “nações” – nagô, mina, congo, e outras – foram criadas pelo tráfico:

Em função do pressuposto de que os grupos étnicos chegados às Américas em condição de cativo têm à sua frente uma infinidade de possibilidades de reorganização, e não aquela previamente definida em suas sociedades tribais, proponho a noção de “grupo de procedência”. Essa noção, embora não elimine a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas no ponto inicial do deslocamento, privilegia a sua reorganização no ponto de chegada. [...] O que me leva a alterar o enfoque da análise dos deslocamentos de escravos da África para o Brasil é que as formas de organização dos pretos africanos têm tanto ou mais a ver com as condições do cativo do que com o seu passado tribal. Os critérios de filiação a este ou aquele grupo são definidos aqui, e não na África”.³⁹

Além das já mencionadas fases do tráfico atlântico de escravos, e também da transferência interna de cativos de diferentes regiões do Brasil, outros fatores devem ser considerados sobre essa questão. No que tange à escravidão urbana, deve-se ter em conta que o contexto urbano compreende uma gama de situações e vivências cotidianas, cuja dinâmica proporciona mudanças, adaptações e, também, a criação de novos hábitos e práticas sociais e culturais. No Rio do século XIX o ambiente diversificado da cidade impunha adaptações significativas ao sistema escravocrata tradicionalmente reconhecido. Escravos desempenhavam as mais

38 SOARES, Mariza de Carvalho, op. cit., p. 116.

39 Id. *ibid.*, p. 116

variadas atividades e funções sob as formas de escravidão - *de ganho* e de *aluguel*.⁴⁰ – comuns na cidade.

O numeroso contingente de escravos da cidade dividia-se basicamente em escravos domésticos, escravos *de aluguel* e escravos *de ganho*. Aos escravos domésticos, em maior número, além das tarefas diretamente ligadas ao serviço de seus senhores e famílias - mucamas, pajens e amas-de-leite - cabiam atividades que viabilizavam o funcionamento e a manutenção das residências - cocheiros, jardineiros, cozinheiras, lavadeiras. Também cabiam aos escravos domésticos algumas tarefas que possibilitavam a sua maior circulação pelas ruas da cidade, indo às compras, levando recados e buscando água.

Aos escravos *de aluguel* cabiam serviços diversos, em residências, estabelecimentos comerciais, pequenos negócios e várias outras áreas de atividade. Essa modalidade de escravidão urbana surgiu como forma de ganho financeiro para senhores de escravos, que alugavam seus escravos para prestar serviços a terceiros. O aluguel, no qual se estabelecia o preço e a duração do contrato, era feito diretamente pelos senhores ou por agências locadoras, que cobravam comissão pela intermediação. Os escravos *de aluguel* prestavam serviços aos locatários e ficavam sob sua responsabilidade, como se escravos deles fossem, e eram usados, inclusive, para trabalhar na forma de escravidão *de ganho*.

No Brasil oitocentista a escravidão *de ganho* foi uma modalidade de trabalho escravo típica da escravidão urbana. Conforme observado por Debret: “percorrendo-se as ruas fica-se espantado com a prodigiosa quantidade de negros, perambulando seminus e que executam os trabalhos mais pesados e servem de carregadores”.⁴¹ Ainda de acordo com o artista, “é a esses negros carregadores que passeiam com o cesto no braço e rodilha dependurada a tiracolo, que se dá o nome de *negro de ganho*, espalhados em grande número pela cidade”.⁴²

40 Sobre a escravidão *de ganho* no Rio de Janeiro oitocentista ver os trabalhos de SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Editora Marco Zero, vol.8, nº 16, março/agosto 1988, p. 107-142; SOARES, Luiz Carlos, op. cit., 2007. KARASCH, Mary, op. cit., 1987; ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822. Petrópolis: Vozes, 1988, e SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro da rua** – a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC, 1988.

41 DEBRET, Jean Baptiste, op. cit., 1978, p.145.

42 Id. *ibid.*, p. 221.

Esta complexa e rentável forma de exploração da escravidão urbana incluía desde o trabalho dos escravos que saíam de manhã, passavam o dia fora prestando serviços e tinham de trazer no final do dia o resultado do trabalho em dinheiro, até a constituição de oficinas e pequenos negócios, muitas vezes lucrativos, gerenciados pelos próprios escravos. Estes eram obrigados a dar a seus senhores quantias previamente estabelecidas em dias pré-fixados, de acordo com acertado entre as partes.

O que excedesse o valor combinado era apropriado pelos escravos, que poderiam juntar um pecúlio na expectativa de comprar a liberdade ou usar para gastos pessoais do dia-a-dia, que poderiam incluir vestuário, alimentação e moradia, caso o escravo fosse autorizado morar fora da casa do senhor.⁴³ Em conseqüência, existia a possibilidade de escravos usufruírem certa margem de tempo e de espaço para realizar outras atividades além daquelas impostas pela escravidão, como as organizações comunitárias e suas diversões e festas. Também era facilitado o convívio com outros segmentos da população, além da própria comunidade escrava.

No Rio de Janeiro, a escravidão *de ganho* era numerosa e empregada nas mais diversas atividades: comércio ambulante e de pequenas lojas, transporte de cargas e passageiros, barbearias, oficinas, entre outras, inclusive a prostituição e mendicância, essa destinada aos cativos idosos, inválidos ou doentes. Na exploração da escravidão *de ganho* cabia a qualificação do trabalho, que diferenciava os cativos entre si. Conforme a ocupação - barbeiros, sapateiros, ferreiros, marceneiros, artesãos, carregadores, vendedores ambulantes, entre muitas outras existentes - os escravos *de ganho* experimentavam situações diferenciadas, com pouca ou nenhuma interferência dos senhores.

43 De acordo com SOARES, Luiz Carlos, op. cit., 1988, p. 110-112, conforme estipulado em uma postura municipal pública do Código de posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro publicado em 1854, “era terminantemente proibido que os senhores colocassem os seus escravos no ganho de rua sem autorização expressa e a licença da câmara Municipal do Rio de Janeiro. Esta proibição inclusive era estipulada por uma postura municipal que estabelecia o recolhimento dos cativos infratores ao Depósito Público e o pagamento de uma multa pelos senhores desses cativos. [...] Ao conceder a licença, a Câmara Municipal entregava aos senhores chapas numeradas e com as datas de concessão da mesma, chapas estas que os escravos de ganho de rua deveriam sempre portar. [...] Os fiscais da câmara Municipal, quando encontravam os escravos de ganho sem as chapas, logo os recolhiam sob suspeita de que desenvolviam as suas atividades sem a necessária licença. Muitas vezes as suspeitas dos fiscais eram procedentes e eles prendiam os escravos infratores.”. Ver também SOARES, Luiz Carlos, op. cit., 2007, p. 195-234.

Os senhores eram praticamente forçados a conferir autonomia aos seus escravos *de ganho*, de acordo com a atividade e ofício, caso contrário estes não poderiam trazer os recursos com os quais muitos senhores eram sustentados. A escravidão *de ganho*, portanto, trazia como conseqüência o abrandamento da dominação senhorial cotidiana, propiciando relativa autonomia a um grande contingente de escravos. Dessa forma, surgiriam possibilidades variadas de socializações com diferentes segmentos da sociedade e de acesso a práticas e costumes.

Essa modalidade de escravidão proporcionava uma forma rápida e fácil de obtenção de lucros para os senhores, especialmente porque eram poucos os gastos com a manutenção dos escravos. Muitas vezes o senhor e sua família eram sustentados com a renda obtida através do trabalho de seus escravos *de ganho*, um procedimento usual mesmo nas famílias menos favorecidas, que tinham na escravidão *de ganho* a sua única fonte de sustento. A escravidão *de ganho* existiu até próximo à abolição da escravatura, e, de acordo com Luis Carlos Soares, na segunda metade do século XIX essa modalidade de escravidão era majoritariamente exercida por africanos.⁴⁴

A população negra era dividida em escravos, libertos e livres. A essa diferenciação de cunho jurídico se somava a origem do indivíduo negro que poderia, ser *negro*, quando nascido africano, ou *crioulo*, quando nascido brasileiro. Quando *negros*, os escravos podiam ser *boçais*, recém-chegados da África e que não se comunicavam em português, ou *ladinos*, já familiarizados aos costumes locais e ao idioma.

O trabalho escravo na cidade era direcionado ao provimento do consumo interno, na infra-estrutura urbana e sanitária e para a realização de serviços diversificados. O sistema de abastecimento de água era complementado pelos cativos, que transportavam água dos chafarizes e fontes até os locais de consumo. O esgotamento sanitário, por sua vez, era todo realizado por escravos, conhecidos como *tigres*, que à noite transportavam os dejetos e excrementos das residências até a baía, despejando-os no mar. O transporte e a comunicação também dependiam da mão-de-obra escrava, da mesma forma que o serviço de iluminação

44 SOARES, Luiz Carlos, op. cit., 2007, p. 128.

pública da cidade era realizado pelos escravos, que acendiam e apagavam os lampiões.

Outros serviços eram prestados pelos escravos como o transporte de cargas, de passageiros e a venda de víveres, comidas, e mercadorias. Atividades que exigiam alguma especialização também eram realizadas por escravos barbeiros, cirurgiões, sapateiros, ferreiros, construtores, e outros. Não era fora do comum que senhores treinassem seus escravos, *de ganho* ou *de aluguel*, para a prestação de serviços mais caros. Atividades de cunho artístico, como música, pintura e escultura, também eram realizadas por escravos pelas ruas ou em pequenas oficinas da cidade.

Em suma, o trabalho de escravo era fundamental para o cotidiano da cidade, notadamente as atividades realizadas nas ruas, o que proporcionava a interação e o vínculo nos espaços públicos com outros segmentos da população, sobretudo livres e pobres. Nesse sentido deve-se ter em mente as variações quantitativas e qualitativas da população de escravos e pobres livres do Rio ao longo do século XIX, com o fim do tráfico de africanos, o declínio da mão-de-obra escrava e o crescimento da imigração de mão-de-obra estrangeira, conforme indicado no panorama da evolução da cidade apresentado nesse capítulo.

As experiências cotidianas e coletivas da escravidão no Rio de Janeiro poderiam até proporcionar mais oportunidades aos escravos de organização no esforço de “viverem sobre si”, de construir uma vida autônoma, mas isso não minimizava a violência e as difíceis condições do cativo. Dos escravos era cobrado trabalho bem feito, disciplina e obediência, à custa de castigos cruéis.

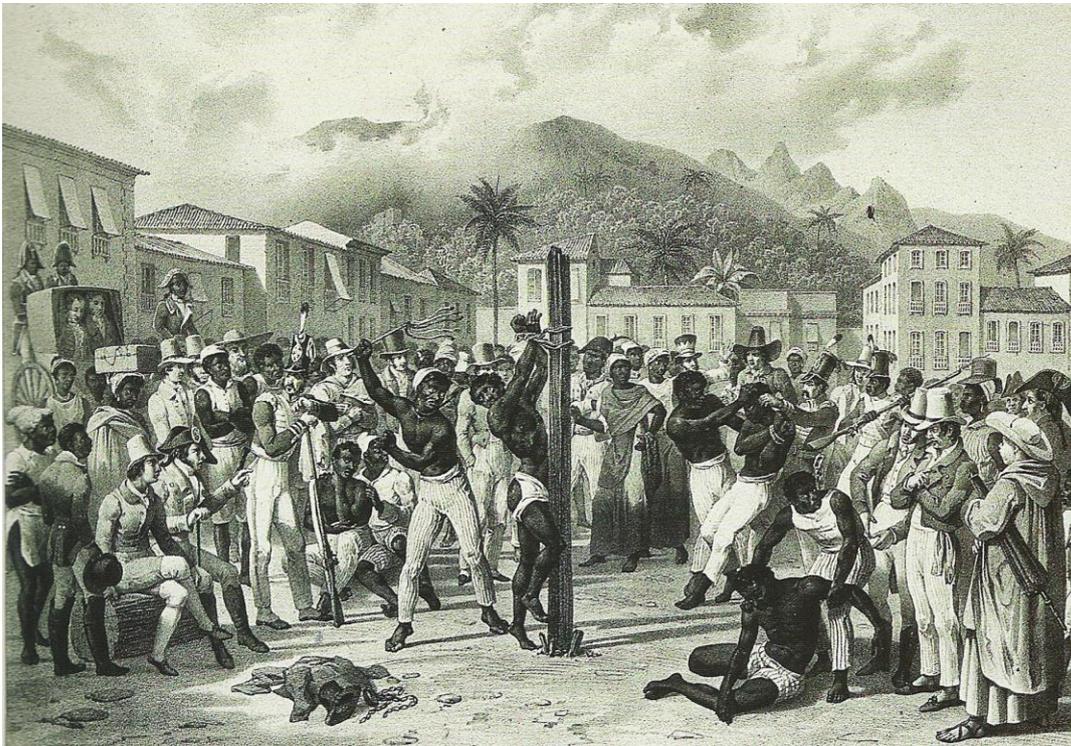
Humilhação e tortura faziam parte das políticas de domínio da escravidão, que supunha a propriedade de um homem por outro. Castigos e humilhações que artistas deixaram registrados com seus traços e cores,⁴⁵ como a criação de Rugendas, Il. 1, a seguir, que faz parte do extenso e rico conjunto de representações do artista sobre o cotidiano da escravidão na primeira metade do século XIX.⁴⁶

45 Para uma visão ampla dos registros imagéticos criados por artistas sobre o negro no Brasil do século XVII ao século XIX, ver MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande**: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: EDUSP, 2000.

46 RUGENDAS, Johann Moritz, **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979. Sobre o trabalho de Rugendas, ver a análise feita por Robert Slenes dos desenhos de Rugendas sobre a vida dos escravos e negros livres feitos durante a sua estadia no Brasil entre 1822 e 1825. SLENES, Robert W. As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na *Viagem Alegórica* de Johann Moritz Rugendas. In. **Revista de História da**

Neste trabalho Rugendas reuniu elementos que faziam parte da violência sofrida pelos escravos. O feitor - também negro - que usa o chicote para açoitar o escravo preso ao pelourinho - o lugar da punição - localizado ao centro da cena, simboliza o castigo imposto e o poder de castigar.

Além do castigo físico, está a humilhação do escravo, seminu em praça pública, açoitado por alguém da mesma raça. O caráter exemplar que tinham as punições públicas aqui é reforçado pela presença de escravos castigados, ou ainda à espera da pena, em uma cena de cunho espetacular, com a assistência de um público variado.



II.1. *Punition publique sur la place Ste. Anne*. Johann Moritz Rugendas (desenho) e Engelmänn (litografia), 1835.

FONTE: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande** – Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: EDUSP, 2000, p. 469.

O açoite era uma entre outras práticas comuns de submissão, humilhação e tortura dos escravos, questão já amplamente abordada pela historiografia da escravidão brasileira. Nos anúncios de fugas de escravos veiculados em jornais da

época⁴⁷ as próprias marcas de tortura serviam de sinais para a identificação e a apreensão do escravo fugido. Como no anúncio de fuga, ocorrida em 1821, da “escrava ladina, Nação Conga, de idade pouco mais ou menos 16 a 18 anos”, com “huma ferida sobre o tornozelo do pé esquerdo, de que estava se curando, e na mesma perna tem cicatrizes de iguaes feridas, [...] levou ferro no pescoço fixado com cadiado”.⁴⁸ Ou cerca de 30 anos mais tarde, em 1850, anunciada a fuga de “uma preta, que diz chamar-se Maria”, que podia ser identificada, entre outros aspectos arrolados no anúncio, por uma “marca de ferro no peito do lado direito”.⁴⁹

Fugas, rebeliões e apelos à justiça⁵⁰ foram algumas das formas de reação dos escravos frente à violência dos castigos e a privação de liberdade. A configuração física da cidade do Rio e a intensa e constante circulação de escravos e libertos pelas ruas, praças e mercados, dificultavam o controle da escravidão e a repressão e interdição de comportamentos considerados inadequados. Além da fuga, do roubo e da capoeiragem, entre outros atos e comportamentos condenados, também eram coibidas celebrações dos escravos, como o lundu, conforme consta nos registros de prisão da Casa de Detenção da Corte, utilizada para detenções breves por delitos menores e também para réus sendo judicialmente processados.⁵¹

Apesar das proibições e dos castigos, os senhores dificilmente conseguiam impedir celebrações e festas públicas dos escravos. Isso porque muitas das ruas, praças, mercados, terreiros e cantos da cidade eram quase que totalmente controlados pelos escravos que ali trabalhavam. Por mais iniciativas que houvesse

47 Os anúncios de fugas seguem um padrão, com uma estrutura interna de organização de dados. Neles aparecem, em geral, o nome do escravo; seus dados característicos (origem, idade, aspectos físicos, profissão, costumes); informações sobre seqüelas marcas e cicatrizes; formas de andar e falar; roupas, usadas, ou até mesmo levadas, pelo escravo no ato da fuga; seu endereço e, em alguns casos, o nome de seu proprietário. Em muitos anúncios é oferecida gratificação a quem encontrasse o fugitivo e o levasse ao endereço citado.

48 *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de setembro de 1821, p. 151.

49 *Diário do Rio de Janeiro*, 06 de fevereiro de 1850, p.4.

50 Ver CHALHOUB, Sidney, **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. Nesse trabalho o historiador investiga recursos cotidianos usados por homens e mulheres escravizados para enfrentar os seus donos. Para isso ele faz uma leitura minuciosa de processos judiciais, contextualizando enfrentamentos individuais.

51 De acordo com as pesquisas de SOARES, Carlos Eugenio Líbano. **A negrada instituição** – os capoeiras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração, 1994, essa instituição penal começou a funcionar em 17 de setembro de 1856. Nela eram recolhidas pessoas que *infringissem as posturas municipais, os regulamentos policiais, os pronunciados por crimes sujeitos a penas de morte, galés perpétuas e trabalhos por mais de dez anos, e os que padeciam de moléstias contagiosas e repugnantes*, entre outros motivos. (O trecho em itálico foi extraído do decreto que consta na apresentação dos livros de matrícula de presos de 1860 a 1889, que estão no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

da polícia, em alguns locais chegava a ser impossível o acesso e a desarticulação do domínio e do controle que grupos de escravos tinham em alguns logradouros públicos da cidade. Durante quase todo o século XIX o comércio de rua era majoritariamente explorado, organizado e controlado pelos escravos, que trabalhavam arduamente durante todo o dia, enquanto seus senhores ficavam em suas casas. Dessa forma, também era favorecido o convívio e a interação social, individual ou em grupos, dos escravos.

Em um ambiente com as características físicas, demográficas e sociais como as do Rio, era possível que um escravo fugido conseguisse manter-se durante algum período, não só escondido, como também trabalhando, por conta própria ou para outros. Os anúncios de fugas apontam para essa possibilidade, como no caso da escrava fugida Elisandra, sobre a qual “consta que quitanda pela cidade com taboleiro de carne de porco”.⁵² Ou de duas outras escravas, sem identificação de nomes, uma, “sido vista a lavar no Rio Comprido” e a outra que “consta andar pelas bandas do Botafogo vendendo quitanda com cesto”.⁵³

Entre os fatores propiciadores à existência generalizada da escravidão nas ruas, é de meu interesse destacar que a propriedade de escravos na cidade não era privilégio das classes mais abastadas. A escravidão incutiu no homem livre a desvalorização do trabalho manual, cujo ideal era ser dono de escravos e não trabalhar. Em uma sociedade rigidamente estratificada e que via o trabalho manual como atividade pouco digna, ter escravos era também um sinal de poder e prestígio social. A posse de escravos com a exploração de seu trabalho era muitas vezes garantia de fonte de renda e sustento para muitas famílias dos diversos segmentos da população livre, dos mais ricos aos mais pobres.

É certo que esse quadro alterou-se a partir da segunda metade do século XIX, principalmente com a proibição do tráfico de cativos escasseando a oferta e elevando o preço da mão-de-obra escrava. Luis Carlos Soares, na primeira parte do Capítulo III de seu trabalho, *Masters and the distribution of slave ownership*, discorre sobre essa questão, quando investiga a distribuição da propriedade escrava entre as várias categorias sociais dos membros livres da sociedade do Rio de

52 **Diário do Rio de Janeiro**, 21 de fevereiro de 1850, p. 4.

53 **Diário do Rio de Janeiro**, 20 de fevereiro de 1850, p. 4.

Janeiro oitocentista.⁵⁴ É importante ter em conta que o acesso e a convivência dos escravos com diferentes camadas sociais deveriam ser fatores propiciadores à recepção e incorporação de hábitos e práticas de vestir, com variações de elementos de vestuário – peças, material, formas de uso e de arranjo, estado de conservação, entre outros aspectos - nas diferentes circunstâncias existentes.

Além de ter escravos era importante exibi-los, circulando pelas ruas da cidade, conforme pode ser observado em uma das criações de Debret, Il. 2, a seguir, sobre a vida na cidade. Com o intuito de registrar imagens do cotidiano do Rio, o artista representou valores e costumes sociais, alguns dos quais os escravos eram submetidos.



Il. 2. *Um funcionário do Governo a passeio com sua família.* Jean Baptiste Debret (desenho) e Ch. Motte (litografia), 1834-1839.

FONTE: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande** – Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: EDUSP, 2000, p. 383.

A disposição em fila indiana chama a atenção, encabeçada pelo pai, esposo e senhor. Na ausência de filhos homens, em seguida ao pai, estão as filhas, depois a esposa e mãe. Continuando a fila, acompanhando a composição hierárquica da família, estão os escravos: uma escrava parda e uma ama-de-leite negra,

54 SOARES, Luiz Carlos, op. cit, 1988, p. 94-117. Ver também SOARES, Luiz Carlos, op. cit., 2007, p. 68-103.

carregando no colo o filho do casal, seguidas por outros escravos, sendo os últimos moleques.

Sem querer aprofundar análises sobre essa questão, que serão adiante desenvolvidas, destaco por ora que, no que pesem as distinções quanto aos tipos de inserção e participação da escravaria no ambiente doméstico, o contexto hierarquizante a qual os escravos estavam submetidos está visivelmente registrado nas roupas. É possível observar que, conforme o lugar ocupado na fila existem variações na qualidade e na quantidade das roupas e acessórios usados. Registros textuais e imagéticos dão conta que escravos de casas ricas serviam também para a exibição de seus senhores, que vestiam escravos domésticos ao estilo europeu, com mais esmero e até mesmo com luxo, as mucamas, os cocheiros e os pajens.⁵⁵

Conforme apontado por Mary Karasch, a estratificação social e econômica vigente no Rio de Janeiro durante o século XIX tinha como consequência um fator determinante da posição. Nesse sentido, a autora afirma que um escravo de uma família rica gozava de mais prestígio do que outro que exercesse a mesma função em uma família com menos poder aquisitivo.⁵⁶ Outros elementos concorriam para determinar diferenças na população escrava, como a desvantagem do escravo africano recém-chegado em relação ao que já residia na cidade havia mais tempo. O primeiro tinha que rapidamente aprender a língua e os hábitos e comportamentos de seu senhor, assim como tinha também que se adequar às exigências impostas pela sua condição de escravo.

Não é minha intenção aprofundar a respeito das possíveis características específicas do regime servil na cidade no século XIX. Talvez um dos mais significativos aspectos que marcava a existência cativa na cidade esteja relacionado à configuração social e cultural do Rio, com um cotidiano urbano culturalmente diversificado, composto por grupos dominantes da população que ambicionavam a europeização da cidade e um grande contingente de escravos, aparentemente homogêneo, mas com variantes culturais e exercendo atividades com diferentes formas de trabalho. Os diversos segmentos da população livre da cidade criaram formas de convivência, manutenção, e domínio da escravidão com códigos de

55 Mucama: escrava ou criada negra, geralmente jovem, que vivia mais próxima dos senhores, ajudava nos serviços caseiros e acompanhava sua senhora em seus passeios. Expressão também usada para a ama-de-leite dos filhos dos seus senhores. Pajem: empregado, geralmente rapaz, que prestava certos serviços e acompanhava o seu senhor ou a sua senhora em seus passeios.

Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa, Editora Objetiva, 2001.

56 KARASCH, Mary, op. cit., 1987, p. 67 – 68.

funcionamento, social e público, adaptando a vida à cidade que, paradoxalmente, convivia e mantinha a escravidão ao tempo que buscava o modelo urbano das cidades européias.

O resumo físico dessa contradição estava nas ruas, praças e mercados da cidade ocupados por escravos, trabalhadores de sol-a-sol que, durante a maior parte do século XIX, foram os principais responsáveis pelo funcionamento da cidade. A vivência dos escravos do Rio era predominantemente formada pela experiência coletiva e pública. Era nos espaços públicos da cidade que os cativos experimentavam sociabilidades, favorecidas ou reprimidas, de acordo com uma série de códigos sociais e culturais. Mesmo no caso da escravidão doméstica, que tradicionalmente restringia os cativos ao espaço da casa, o emprego de escravos *de ganho* e *de aluguel* tornavam mais tênues os limites entre o ambiente doméstico e o público.⁵⁷

2.3

Ambiência e cotidiano da escravidão na cidade: trabalho e ócio, diversão e devoção.

Registros textuais e imagéticos sobre o Rio de Janeiro do século XIX dão conta de como uma majoritária população de escravos – africanos e crioulos – e também de libertos, cotidianamente ocupava as principais ruas, praças e mercados da cidade, realizando atividades individuais e coletivas. A forma de organização de trabalho na cidade propiciava a constante presença dos escravos nas ruas, favorecendo o contato e a convivência dos escravos com outros tipos sociais e o acesso físico a informações e práticas. Era nos espaços abertos e de uso coletivo que se encontrava o ambiente de maior socialização dos escravos, com a circulação, a comunicação, as trocas e intercâmbios de idéias e práticas nas horas de trabalho, nos momentos de ócio, de diversão e de devoção.

57 Sobre a escravidão doméstica no Rio de Janeiro oitocentista, ver o trabalho realizado por GRAHAM, Sandra Lauderdale, op. cit. Ao estudar as condições de trabalho e de vida das mulheres que trabalhavam como criadas domésticas, escravas ou livres, no Rio de Janeiro entre 1860 e 1910, a autora, “além de examinar o trabalho, os locais de trabalho e as relações das criadas com seus patrões, trata também, em grande parte, da vida dos trabalhadores pobres nos cortiços, da própria cidade e das transformações na vida doméstica urbana” (Id. *ibid.*, p.15). Mesmo tratando-se de uma abordagem dedicada ao estudo do trabalho feminino, cativo ou livre, esse trabalho apresenta informações relevantes sobre as mediações existentes nas relações dos escravos domésticos no ambiente privado e pessoal da casa e no espaço público da rua na cidade do Rio.

Portanto, o espaço público era o principal local de atuação, encontros e associações dos cativos, tanto no trabalho quanto em outros tipos de atividade e circunstância. Em diferentes logradouros da cidade podiam ser vistos escravos realizando serviços, festejos e celebrações seculares e religiosas, lutando, brigando, e sendo castigados.

Não são poucas as referências de viajantes aos hábitos e práticas de escravos em diferentes situações e circunstâncias observadas no cotidiano da cidade. Cheiros, sons, cores e atitudes, enfim, tudo relacionado ao comportamento dos escravos nas ruas despertava a atenção de viajantes e artistas estrangeiros. Algumas cenas aparecem com mais frequência nos relatos de viagem, como, por exemplo, o árduo trabalho de transporte de pesados fardos e objetos pelas ruas da cidade. Em meados do século, Kidder e Fletcher⁵⁸ assim descreveram o trabalho de negros carregadores circulando por uma das principais vias do Rio, a rua Direita:

Acima de toda a confusão da Rua Direita, ouvimos um coro estentório de vozes respondendo num compasso apressado ao estribilho de uma cantiga. E vimos, por sobre as cabeças da multidão, uma fila de sacos brancos correndo e dando a volta da esquina da Rua da Alfândega. Apressamos o passo até esse trecho da Rua Direita, e vimos que cada qual daqueles sacos tinha em baixo um Hércules vivo de azeviche. Eram os famosos carregadores de café do Rio. Costumam correr em tropa de dez ou vinte, dos quais um assume a direção e é denominado capitão. São geralmente os homens mais corpulentos e fortes que se possa encontrar. Quando em atividade, raramente vestem outra roupa que não seja um par de calções curtos; a sua camisa com o tempo, é posta de lado como um estorvo (...).

Os negros carregadores de pianos e louças de barro freqüentemente trazem na mão um instrumento de música, semelhante á uma matraca de criança, que eles sacodem no compasso de alguma canção rústica da Etiópia, que todos cantam juntos quando correm. A música tem um poderoso efeito de diversão sobre a mentalidade dos pretos; e ninguém negará a estes o direito de suavizar a sua pesada tarefa produzindo a harmonia de sons que para eles é doce, embora rude para os ouvidos alheios. Disseram-nos, contudo, que se tentou uma vez assegurar maior silêncio nas ruas, proibindo-os de cantar. Em conseqüência disso eles produziram menor trabalho, ou mesmo nenhum; e a restrição foi em breve

58 KIDDER, Daniel Parrish; FLETCHER, James Cooley. **O Brasil e os brasileiros**: esboço histórico e descritivo. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941, v.1. Esse trabalho é uma ampliação da obra anteriormente realizada pelo missionário metodista norte americano Kidder, publicada a primeira vez em 1845, em Londres, e no Brasil em 1940, denominada *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo)*. Nessa viagem Kidder desembarcou no Rio de Janeiro em 1836, acompanhado de sua esposa, e retornou para os Estados Unidos após a morte da mesma, em 1842. Com o assentimento de Kidder, o também missionário norte americano Fletcher, que esteve no Brasil entre os anos de 1851 e 1865, ampliou e atualizou as narrativas de seu colega Kidder. Esse trabalho, que constitui a obra ora citada, foi publicado a primeira vez em 1857, nos Estados Unidos, e no Brasil em 1941.

suspensa. O certo é que atualmente se aproveitam de seus privilégios vocais com todo o gosto, quer cantando e gritando para os outros quando correm, quer proclamando em público a qualidade de vários artigos que carregam para vender. A impressão causada no estrangeiro pelo som misturado de uma centena de vozes ferindo-lhe os ouvidos a um só tempo, não se esquece muito cedo.⁵⁹

Aqui estão indicadas algumas das práticas envolvidas nas atividades de trabalho escravo na cidade. Os escravos recorriam ao uso “de privilégios vocais”, cantando ou gritando, e de instrumentos musicais para compassar sua circulação, abrir caminho e chamar a atenção no meio da “multidão”. Assim como em outras representações narrativas sobre a escravidão nas ruas do Rio, aqui nos é possível apreender que, em diversas escalas e aspectos, os escravos da cidade imprimiram seus hábitos, símbolos e códigos na ambiência de alguns importantes espaços públicos da cidade.

Nesse sentido, para o estrangeiro causava espécie observar nas ruas da cidade não só as formas de vestuário adotadas pelos escravos, mas também como eles lidavam com o ato de cobrir e descobrir o corpo. Apesar de sucinto, no trecho de Kidder e Fletcher, quando registram os “famosos carregadores de café do Rio (...) quando em atividade, raramente vestem outra roupa que não seja um par de calções curtos; a sua camisa com o tempo, é posta de lado como um estorvo”, está indicada a seminudez como uma prática habitual. Esse fato poderia, à primeira vista, ser interpretado simplesmente como uma prática inerente a tradições e costumes de povos africanos. Todavia, a semi-nudez e o ato de abrir mão do uso de peças de vestuário, no caso a camisa, devem também ser relacionados ao desconforto maior causado pelo trabalho árduo e pesado de transportar pesadas cargas pelas ruas estreitas do Rio, em um clima insalubre, quente e úmido. Thomas Ewbank, também ao observar carregadores de café na cidade, descreveu com mais contundência as precárias condições de trabalho a que estavam expostos aqueles que transportavam carga pelas ruas da cidade:

Cada grupo de carregadores de café tem um chefe, que geralmente bate uma matraca cujo som é acompanhado pelo canto dos ajudantes que o seguem. A carga pesa 72 quilos, é posta sobre a cabeça e os ombros. O carregador inclina o corpo para a frente e caminha num trote ou meia corrida. A maioria é constituída de homens fortes e atléticos, mas alguns são tão pequenos e de constituição tão frágil, que causa admiração ver como conseguem acompanhar os demais. Um carregador de café não resiste a mais de dez anos de sua profissão. Depois desse

59 Id. *ibid.*, p. 22-23.

tempo, o trabalho liquida-o. [...] com exceção de quatro ou cinco, todos vestiam apenas curtas calças de lona, mostrando-se nus da cintura para cima e do joelho para baixo. Alguns não tinham senão uma toalha ao redor do corpo. Sua pele, de bela cor de chocolate, brilhava ao sol.⁶⁰

Nos dois trechos apresentados, tanto Kidder e Fletcher, quanto Ewbank registram aspectos do vestuário usado, cuja precariedade serve para reforçar a estética do exótico freqüente nas descrições de atributos físicos dos escravos nos relatos de viagem. O movimento, o ritmo e o impacto visual, apreendidos nas palavras de Kidder e Fletcher, e de Ewbank, que os negros carregadores conferiam às ruas da cidade surgem no desenho de Paul Harro-Harring, Il.3, a seguir, realizado na década de 1840.

Entre os aspectos inseridos pelo artista na sua representação sobre o trabalho escravo no Rio – o retorno de negros carregadores de café para receber o pagamento de seu trabalho - através da plasticidade dos traços do desenho é possível apreender características das roupas, se não iguais, semelhantes, usadas pelo grupo de carregadores, e também do traje da vendedora de frutas, cuja relativa nudez deixa seios e braços à mostra.

Harro-Harring reúne em sua composição imagética dois tipos que, junto com as lavadeiras e os portadores ou vendedores de água, são personagens recorrentes nos registros de artistas e viajantes acerca da existência cativa na cidade: os negros carregadores e as negras vendedoras. A cena cotidiana recriada no desenho do artista resume alguns aspectos que caracterizavam esse cotidiano nas ruas: a predominante presença de negros, trabalhando, diante de uma impassível minoria branca, composta por senhores e religiosos.

60 EWBank, Thomas. **Vida no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 95.



Il.3. *Scène de la Rua Direita. Nègres porteurs de café allant toucher le payement de leur journé. Négresses vendant des bananes et des oranges – Eclésiastique en cabriolet s'entretenant avec deux frères de St. Antoine.* Paul Harro-Harring (desenho), [1840].
 FONTE: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da Calunga Grande** – Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: EDUSP, 2000, p. 489.

Os escravos *de ganho* do Rio se reuniam em determinados locais da cidade, à disposição de quem quisesse contratar os seus serviços. Esses ajuntamentos, uma forma de organização da escravidão *de ganho* originou o surgimento dos chamados *cantos* de trabalho, onde os negros *de ganho*, tanto escravos quanto libertos, se agrupavam por afinidade étnica, de origem ou criada no Brasil, ou por tipo de serviço desempenhado. Conforme Alberto da Costa e Silva:

Era comum nas cidades maiores, como Salvador, Rio de Janeiro, Recife e São Luís, a existência dos chamados cantos de trabalho, onde os escravos de ganho ficavam à espera de quem contratasse os seus serviços. Em cada uma dessas esquinas, reuniam-se os que se tinham por da mesma nação, ou falavam a mesma língua, ou eram, na África, vizinhos ou culturalmente aparentados, ou eram malungos, ou seja, tinham chegado ao Brasil no mesmo navio. Aqui ficavam os nagôs; ali, os jejes; lá, os cabindas; acolá, os angolas; mais adiante, os moçambiques – identidades que os africanos criaram no Brasil. E entre os seus

aparentados e semelhantes ajustavam fidelidades e renovavam os contatos com a África de cada um.⁶¹

De acordo com Kátia Queirós Mattoso, quando discorre sobre os *cantos* de trabalho na cidade de Salvador:

o ‘canto’ é um ângulo ou um cruzamento de ruas onde forros e escravos do mesmo ofício e da mesma ‘nação’ aguardam a clientela. [...] Os alforriados de um mesmo ‘canto’ obedecem a um chefe chamado ‘capitão do canto’. Ali ficam, à espera, sentados em pequenos tamboretos de três pernas. [...] Aos forros juntam-se sempre os escravos do mesmo ofício e as amizades assim forjadas no trabalho, entre os membros de uma mesma etnia, são sólidas, duradouras, e estão na origem de inúmeras sociedades de alforriamento e confrarias religiosas, laços de ajuda mútua e de solidariedade entre os escravos da cidade.⁶²

Nos *cantos* de trabalho os escravos *de ganho* organizavam as formas de trabalho com autonomia em relação ao senhor. Este tinha controle sobre o produto do trabalho escravo apenas por intermédio do recebimento da quantia em dinheiro estabelecida, porém era o escravo que decidia como exercer o seu trabalho. Os *cantos* se espalhavam em locais específicos da cidade, ocupando geralmente uma esquina ou um cruzamento de ruas e eram identificados pelo nome do local da cidade onde se instalavam.

Territórios ocupados e apropriados pelos escravos que se espalhavam pela cidade, os *cantos* serviam como pontos de referência para a população na contratação de serviços *de ganho*. Gerenciados e controlados pelos próprios negros *de ganho*, cada *canto* ficava sob a direção de um chefe, eleito pelos próprios membros do *canto*, que tinha a função de intermediar as negociações entre o trabalhador *de ganho* e o contratante, determinando preços e controlando o pagamento dos serviços.

Enquanto aguardavam a contratação de seus serviços os escravos e libertos realizavam outras atividades, teciam chapéus e cestos de palha, faziam pulseiras e colares de contas, objetos de couro, além de consertos. Barbeiros ambulantes, e vendedoras de comida também exerciam suas atividades nos *cantos*, servindo, inclusive, aos próprios ganhadores. Os ajuntamentos de negros

61 SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003, p. 158.

62 MATTOSO, Kátia de Queirós, op. cit., p. 142-143.

nos *cantos* de trabalho possibilitaram a criação de laços de solidariedade e a preservação de tradições culturais africanas.

As ruas, os largos e as praças do centro da cidade eram intensamente usados e apropriados pelos cativos de maneira autônoma e informal. Os que se dirigiam para o centro não trocavam somente mercadorias, trocavam também informações, concepções de ser e de viver, onde cotidianamente circulava e se concentrava um numeroso contingente de escravos que desempenhavam diferentes atividades de trabalho ou simplesmente usufruíam sua relativa liberdade nos possíveis momentos de lazer e de descanso, convivendo com outros segmentos da população da cidade.

Na reconhecida imagem criada por Johann Moritz Rugendas, Il. 4, a seguir, a rua Direita surge como um espaço público ao mesmo tempo confuso, movimentado e dinâmico. Um ambiente de intensa atividade que é representado pelo artista em um cenário repleto de pessoas, de animais e de objetos, em cenas variadas distribuídas em vários planos de uma perspectiva quase infinita.

De forma sutil Rugendas amplia a dimensão do significado desse espaço, acrescentando ao caráter público sinais da existência privada, e domiciliar, representada pelas fumaças que saem das chaminés, e janelas abertas das residências, algumas entremostrando seus moradores.

Rugendas, através de cenas dispostas em planos, introduz outros elementos que participavam do contexto dinâmico que esse espaço compreendia. Em um primeiro plano, estão representadas as relações comerciais que eram estabelecidas com o envolvimento e a participação de comerciantes e escravos, estes em maior número. Escravos conversam entre si a respeito ou à espera de trabalho, sob a fiscalização do olhar de supostos comerciantes. Mercadorias são negociadas, transportadas e vendidas em fardos, barris e tabuleiros. Em todo o espaço da rua o poder público está presente com os soldados circulando a pé ou a cavalo. Em um plano secundário, à esquerda, pessoas fazem reverências a alguma autoridade de passagem em uma carruagem. Mais à frente, à esquerda, uma procissão está saindo da Igreja.



Il.4. *Rue Droite à Rio Janeiro*. Johann Moritz Rugendas (desenho) e Engelmann (litografia), 1833.

FONTE: AGUILLAR, Nelson (Org.). **Mostra do redescobrimento** – Negro de corpo e alma – Black in body and soul. São Paulo: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000, p. 119.

Em seu registro imagético Rugendas conseguiu, em uma aparente reunião confusa de atividades, pessoas e objetos diversos, representar o caráter geral da vida pública e coletiva do Rio de Janeiro no século XIX. Mesmo retratando um local em particular, ele construiu uma imagem que nos possibilita “ver” como os espaços públicos da cidade, de uma forma geral, eram usados e apropriados pelos habitantes da cidade, principalmente os escravos, nas primeiras décadas do século XIX.

Entre as indicações reunidas por Rugendas sobre aspectos sociais e culturais do cotidiano dos cativos, no momento é de meu interesse resgatar aquelas que considero relevantes para a construção panorâmica da vivência cativa ora proposta. A apreensão dessa possibilidade é ampliada quando nos é possibilitado visualizar a execução de tarefas e atividades em espaços públicos com as características como as da rua Direita.

Cabe registrar que, diferentemente do desenho de Paul Harro-Harring, Il. 3, no qual a representação da rua Direita é concentrada em uma única cena

visualizada a curta distância, Rugendas amplia o campo de visão do entorno arquitetônico e ambiental desse espaço. Nesse sentido, na representação imagética de Rugendas estão ampliadas as possibilidades de apreensão de parte do contexto sócio-cultural do cotidiano dos escravos da cidade. O ambiente e as cenas representados por Rugendas apontam para as possibilidades oferecidas aos escravos da cidade de vivenciar e presenciar situações cotidianas diversas, entrando em contato com diferentes tipos de pessoas, escravos ou não, e diferentes formas de cultura material, como o vestuário.

Assim como na imagem de Harro-Harring, Rugendas registrou formas de ocorrência do trabalho escravo na cidade, com cenas e atividades individuais - escravos que carregam na cabeça tecidos ou pequenos sacos às costas e a escrava vendedora transportando um tabuleiro à cabeça - ou em grupo - alguns cativos sentados, outros de pé, conversando à espera de algum carregamento a ser feito. Nessa segunda situação Rugendas representou os momentos de pausa que os cativos conseguiam introduzir nas suas jornadas de trabalho. Enfim, as informações existentes nessa imagem, ainda que fragmentárias, podem dar conta de uma série de questões relevantes para o conhecimento da vida dos escravos urbanos do Rio de Janeiro oitocentista.

Nas primeiras horas do dia já era grande o número de escravos nas ruas, nas praças e nos largos da cidade. Ao som de cantorias, palmas e batuques os escravos se dirigiam e ficavam ao redor dos chafarizes à espera de água. Diferentes das ruas, vias de comunicação e circulação por onde transitavam e se encontravam os vários tipos de habitantes da cidade, os chafarizes eram locais de quase exclusiva apropriação e uso de escravos. O cheiro, o som, os gestos e as maneiras afastavam a presença de integrantes de grupos privilegiados que evitavam por cautela e até medo o contato, ou o simples encontro, com grandes aglomerados de negros, conforme registrado por Kidder e Fletcher:

o forasteiro se vê cercado pela mais diversa multidão em modos de vestir e aspectos, que a sua imaginação poderia representar. A maioria é de africanos, que se reúnem em volta do chafariz para conseguir água, que corre de uma fila de canos e, recolhida em baldes e pipas, é transportada na cabeça de homens e mulheres [...]. Os escravos andam descalços, mas alguns vestem roupas alegres.[...].⁶³

63 KIDDER, Daniel Parrish; FLETCHER, James Cooley, op. cit., p. 17.

A freqüência era majoritariamente masculina, e muitas vezes ocorriam embates e confrontos, inclusive físicos. A despeito da cansativa jornada de esperar na fila pela água e carregá-la em várias idas e vindas, essa atividade, além de proporcionar certa autonomia de movimento pelas ruas da cidade, ampliava as oportunidades dos escravos de interagirem socialmente, com a troca de experiências e costumes. Essa interação social se dava não apenas entre os próprios escravos, já que, diariamente, nesses espaços se concentravam grupos de diferentes origens e descendências africanas e que desempenhavam diferentes tarefas no restante do dia, mas também com outros segmentos da população, pois próximo aos chafarizes também circulavam homens livres, pobres, mendigos e desocupados. Não é difícil entrever a rede de relações sociais e culturais que esse tipo de atividade cotidiana proporcionava aos escravos nos momentos de trabalho e pausa existentes no uso desse espaço público.

Fontes de água da cidade também eram locais onde era realizada uma das atividades rotineiras do trabalho escravo feminino, a lavagem de roupas, conforme observado por Thomas Ewbank. Em uma passagem de suas narrativas ele reuniu informações sobre a paisagem do Campo de Santana e sobre modos de agir, de se comportar e de se vestir das lavadeiras, na década de 1840.

Retirei-me e continuei até o Campo, uma espaçosa praça, em cujos lados se erguem vários edifícios públicos, inclusive o Senado. Coberta de grama rasteira e possuindo uma das principais fontes, o Campo é o maior estabelecimento de lavagem e alvejamento da cidade, encontrando-se sempre cheio de lavadeiras. Mais de duzentas delas estão agora espalhadas pelo Campo, sem contar a multidão que se reúne na ponte. Vistas das montanhas circundantes, devem parecer gralhas tagarelas ou pegas incansáveis. [...] A maior parte das lavadeiras, como suas irmãs das Laranjeiras, veste-se muito ligeiramente. Usam um único vestimento, com muitos enfeites: a lavadeira encerra seu trabalho lavando essa veste. Algumas são jovens de Minas e Moçambique, como se vê pelas suas formas superiores e por seu amor aos adornos. Embora outras se mostrem nuas até a cintura, estas raramente assim o estão. [...]

[...] Para as partes mais antigas e mais populosas do Rio, este é apenas o lugar de lavar roupa e como tal nunca se encontra vazio, exceto nos dias chuvosos, quando podemos supor que os entes celestiais estejam torcendo as roupas úmidas.⁶⁴

Como os chafarizes, os locais públicos de lavagem de roupa também eram pontos de referência, funcional e simbólica, de agregação social para os escravos urbanos. Assim como em outras atividades cotidianas dos escravos, durante a

64 EWBank, Thomas, op. cit., p. 92-93.

execução da tarefa diária de lavagem de roupa, ocorreria o contato e a troca de experiências e informações entre mulheres de diferentes grupos de procedência, de ganho ou domésticas, provenientes de outros ambientes e classes sociais.

É interessante reforçar que tendo em vista a existência cativa regulada pelo aspecto basicamente funcional da mão-de-obra escrava, na qual para os escravos era necessário trabalhar não para viver, mas para sobreviver, o tempo e a dimensão temporal no cotidiano estavam diretamente relacionados às oportunidades encontradas, ou criadas, pelos escravos para inserir momentos de compensação e prazer nas jornadas diárias de trabalho. A escravidão urbana exigia uma necessária mobilidade dos cativos, fator essencial para a própria economia urbana. A circulação escrava facilitava e até impunha a troca social e cultural entre escravos libertos e livres. Além disso, o trabalho de rua certamente aproximava socialmente escravos e libertos ou livres, cuja rede de relações cotidianas proporcionava a troca de experiências e a combinação de tradições e hábitos.

Ainda sobre as concentrações territoriais de africanos e crioulos na cidade cabe reafirmar a importância deste aspecto na preservação de costumes e práticas culturais dos escravos, na religião, nas festas e no trabalho. No contexto de organização de algumas comunidades na cidade do Rio de Janeiro retomamos a questão da África Pequena, formada na sua maioria por negros originários da Bahia. Nesse espaço afro-brasileiro, eram preservadas e reproduzidas práticas de vestuário, da culinária, do uso curativo de ervas, entre outros tipos de cultura material. Pontilhada de cortiços, a África Pequena concentrava escravos de ganho, libertos e livres, que exerciam vários ofícios - sapateiros, barbeiros, quitandeiras, lavadeiras, entre outros. Território negro na cidade do Rio de Janeiro, a África Pequena também servia, muitas vezes, de esconderijo para escravos fugidos, com o estabelecimento de vínculos de solidariedade. Também na África Pequena aconteciam cerimônias de candomblé e os batuques, ou *sambas de roda*, sempre acompanhados de estrita vigilância das autoridades e da polícia.⁶⁵

65 A repressão às manifestações comunitárias e culturais africanas na cidade justificava-se pela preocupação senhorial e policial com o perigo de uma rebelião generalizada, encarnada pelos negros minas, tidos como principais responsáveis pela *sedução* de escravos da cidade. Sobre a construção de identidades políticas pelos africanos ocidentais, camufladas sob o manto de identidades étnicas, e o medo dos senhores do Rio de Janeiro nos da “politização” do protesto escravo nos anos 1830, ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. “Com o Pé sobre um Vulcão”: africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro

No decorrer do século, a capoeiragem na cidade do Rio passou a ser dominada por duas grandes *malts*, *nagoas* e *guaiamus*, os primeiros representados pela cor branca, e os últimos com a cor vermelha. Conforme Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio Gomes:

no final do século XIX a tradição oral da capoeira citava com insistência os *guayamús* e os *nagôas*, dois conglomerados de *malts* que dominavam a cidade pelos anos de 1870 e 1880. Os *nagôas* se encastelavam principalmente em São José e Santana, onde, décadas atrás, os *minas-nagôs* tinham seus redutos. As origens da tradição *nagôa* era derivada de uma raiz escrava e africana, esta última, por sua vez, derivada também dos *minas-nagôas* e seu êxodo das praias de Salvador até as ruas do Rio de Janeiro.⁶⁹

Ainda de acordo com Carlos Eugênio, “*nagoa* teria uma relação com africanos e baianos, seguidores da religião dos *orixás*, ou pelo menos próximos. *Guaiamum* seria uma tradição nativa, “*crioula*”, natural da terra, ligada aos escravos nascidos no Brasil.”⁷⁰ A prática da capoeira foi incluída como crime previsto pelo Código Penal de 1890, e se manteve na ilegalidade até os anos 30 e 40 do século XX, quando foi revista como uma manifestação cultural afro-brasileira que deveria ser preservada.

Na existência cativa do Rio de Janeiro os espaços e as ocasiões foram definidos com certa flexibilidade entre a tolerância e a articulação, e os acontecimentos envolviam formas de expressão e comportamento socialmente articuladas ou espontâneas, fossem elas resultados de rituais religiosos e culturais ou de simples entretenimento. Existiam aquelas ocasiões em que, por uma questão de tradição ou ideologia, cada segmento ou grupo social restringia a si próprio algumas de suas práticas. Porém, as manifestações populares, de cunho religioso ou não, tinham como palco principal os espaços públicos livres da cidade. As danças e a música tinham um papel significativo na vida dos escravos, fazendo parte das práticas e ações na luta pelo direito de viver e também de celebrar a vida a seu modo.

Não são poucos os viajantes que fazem referência às cantigas e às danças dos escravos que aconteciam mesmo nos dias não festivos. Esses momentos não eram vistos pelos viajantes como elementos constitutivos de uma tradição cultural, que asseguravam a identidade entre o presente e o passado dos escravos. A

69 SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos, op. cit., p. 21.

70 SOARES, Carlos Eugênio Líbano, op. cit., p; 48.

estranheza causada pelas danças escravas, devido à incompreensão e ao desconhecimento acerca dos significados das práticas culturais étnicas, muitas vezes provocava reações negativas, descritas como manifestações vergonhosas com gestos e atitudes ao som de “ritmos frenéticos”, que atentavam ao pudor a aos “bons costumes”.

O lundu e o batuque eram formas de expressão dos escravos através da música e da dança, sendo o batuque a mais popular.⁷¹ O lundu é de origem africana, trazida pelos negros bantos, que consiste em uma dança de par separado em compasso de dois tempos, com meneios e requebros de corpo. Assimilada, sofreu transformações e foi adaptada, tornando-se uma dança de salão, muito em voga no Brasil do final do século XVIII ao início do XX. O batuque, também de origem banto, manteve-se exclusivamente como uma dança de negros, que podia acontecer tanto em comemorações especiais, como em dias comuns, geralmente ao cair da tarde e à noite. Os batuques eram momentos nos quais os escravos se encontravam para se divertir, cantar e beber.

De acordo com Arthur Ramos, no século XIX batuque dizia respeito a uma dança na qual homens e mulheres negros, dispostos em círculo, executavam passos em ritmo marcado com palmas e instrumentos de percussão. No meio do círculo dançarinos e dançarinas se revezavam requebrando e gingando o corpo individualmente. Nas evoluções era comum a *umbigada*, de origem angolana e chamada de *semba*, provável origem do samba, que consistia em movimentos pélvicos.⁷²

Mary Karasch, por sua vez, afirma que “a palavra *batuque*, o termo mais comum para a dança Africana nas fontes Cariocas antes de 1850, vem de *batuco*, uma dança de Angola”.⁷³ Assim como com Arthur Ramos, a autora afirma que entre as danças escravas, provavelmente foi o batuque que deu origem ao samba. Ela identifica os tambores, o coro, as danças de ambos os sexos e os movimentos dos pés estão entre as características do batuque presentes no samba.

71 De acordo com o musicólogo Maurício Monteiro, em artigo sobre a vida musical no Brasil na primeira metade do século XIX, “os nomes que designam essas danças e as formas de expressão popular confundem-se quanto aos elementos que caracterizam uma e outra. Aos olhos dos estrangeiros, qualquer forma de expressão musical em que houvesse a predominância de instrumentos de percussão era, eventualmente, chamado de batuque”. MONTEIRO, Maurício. Apolo e Dionísio na corte do Rio de Janeiro. In: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, nº 6, 2006, disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document1947.html>.

72 RAMOS, Arthur. **O folclore negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, s/d.

73 KARASCH, Mary, op. cit., 1987, p. 244, traduzido por mim.

Conhecido na Bahia como *samba de roda*, o batuque foi assim descrito por Câmara Cascudo:

A dança consiste num bambolear sereno do corpo, marcado por um pequeno movimento dos pés, da cabeça e dos braços. Estes movimentos aceleram-se conforme a música se torna mais viva e arrebatada, e, em breve, admira-se um prodigioso saracotear de quadris que chega a parecer impossível poder-se executar sem que fiquem deslocados os que a ele se entregam. As canções que acompanham estas danças lascivas são sempre imorais e até mesmo obscenas, em regra, história de amores, descritas com a mais repelente e impudica nudez.⁷⁴

Em seu trabalho sobre tolerância e repressão das festas religiosas populares na cidade do Rio no século XIX, Martha Abreu aponta que “em geral a população escrava e/ou negra não perdia a oportunidade de tocar suas músicas e ‘batuques’ e dançar suas danças”.⁷⁵ De acordo com a autora, no decorrer do século XIX existiram diferentes formas de interpretação e de ação das autoridades sobre a legalidade da realização dos batuques, assim como outras manifestações culturais dos negros.

Na década de 1830, por determinação das autoridades municipais, foram proibidos os “ajuntamentos de pessoas com tocatas, danças ou vozerias” em locais públicos.⁷⁶ As medidas repressivas tinham como objetivo diminuir as possibilidades de organização dos negros devido à desconfiança de uma possível insurreição de negros na cidade. “Mais precisamente após os levantes negros baianos de 1835, os ‘batuques’ na cidade do Rio de Janeiro não mais foram vistos como inocentes, e surgiram muitos motivos para a sua proibição ou, ao menos, para a tendência de que a repressão falasse mais alto”.⁷⁷

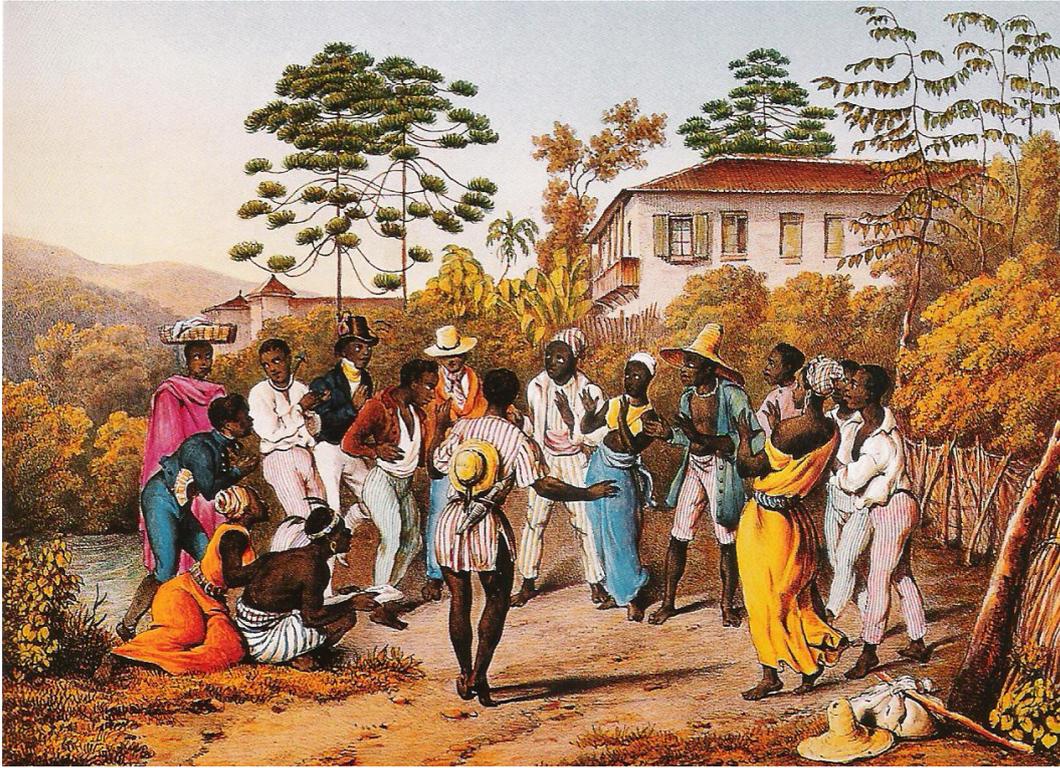
Em uma das criações imagéticas de Rugendas, Il. 5, a seguir, é possível vislumbrar o batuque como um evento lúdico da existência de africanos e crioulos.

74 Ver CASCUDO, Luis da Câmara. **Made in África; pesquisas e notas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969, p 137-141.

75 ABREU, Martha. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. In.: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, 1994, p. 183-203, p. 2, disponível em <http://www.scielo.br/pde/%OD/eaav32n2/a04v32n2pdf>.

76 Id. Ibid., p. 5- 6.

77 Id. Ibid., p. 7.



Il. 5. *Batuque*. Johann Moritz Rugendas (litografia aquarelada), 1835.
 FONTE: AGUILLAR, Nelson (Org.). **Mostra do redescobrimto** – Negro de corpo e alma – Black in body and soul. São Paulo: Associação Brasil 500 anos Artes Visuais, 2000, p. 253.

Os símbolos, nesse contexto específico, formam um sistema de informações visualmente interpretáveis onde há uma relação de tudo que foi registrado imagicamente pelo artista. As referências visuais de tempo e de espaço representadas na cena, com homens e mulheres reunidos à luz do dia e ao ar livre – em um espaço descampado, ladeado por uma cerca e próximo a uma construção com características residenciais – associadas à ausência de instrumentos musicais para acompanhamento, sugerem informalidade e improviso da ocorrência.

O chapéu e a trouxa que foram deixados por um dos participantes do batuque, e a mulher carregando na cabeça uma cesta ou uma bandeja, também sugerem, além da informalidade e do improviso, a interrupção de outras atividades dos escravos para assistir a roda de batuque. Um dado a ser considerado é o período da estadia de Rugendas no Rio de Janeiro, de 1822 a 1825, época que, segundo Mary Karasch, a polícia reprimia encontros de manifestações festivas, prendendo os “que dançavam batuque”.⁷⁸ Existiria, portanto, uma possível

⁷⁸ KARASCH, Mary, op. cit 1987, p. 243.

clandestinidade do batuque registrado por Rugendas, o que também poderia justificar a sua realização em um espaço presumidamente isolado e sem o barulho de tambores e atabaques.

A tolerância e a participação de outros segmentos da população nos batuques e outras manifestações culturais dos escravos também foram representadas pelo artista, através de inclusão de dois personagens que, à esquerda ao fundo da cena, assistem as danças e cujas formas de vestir os diferenciam do conjunto de africanos e crioulos que fazem o batuque.

Sobre as características e os sentidos dos “batuques, cantorias e danças” dos negros, conforme apontado por Martha Abreu, “as danças negras da cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, realizavam-se nas festas religiosas ou acontecimentos sociais, como as coroações ou nascimentos de reis, todos eles ótimas ocasiões para o encontro dos escravos”. Apesar de declarações de autoridades municipais dando ênfase aos batuques como “inocentes divertimentos”, de acordo com a autora, até meados do século XIX não deveriam ser tão nítidas as separações entre o sagrado e o profano nas danças dos negros. Os batuques aconteciam exatamente nas festas católicas mais importantes na cidade, do Divino Espírito Santo, de Santo Antonio, São João e São Pedro – e, com mais intensidade, nas festas para Santana.⁷⁹

Portanto, é legítimo supormos que os batuques eram realizados tanto no sentido lúdico quanto religioso. No âmbito de manifestações religiosas e rituais da população escrava, coexistiam práticas de origem africana e católica. Estas eram ocasiões para o encontro de africanos, e descendentes, pertencentes à mesma ou a diferentes etnias. Ainda sobre as manifestações religiosas da população escrava, a forte fundamentação mágico-religiosa das culturas africanas, na qual homens e entidades mágicas coadunam, fazia com que práticas e fundamentos místicos permeassem o cotidiano dos cativos - danças, cantos, guias, amuletos, patuás e roupas.⁸⁰

79 ABREU, Martha, op.cit. 1994, p. 8.

80 Guia: colar de contas coloridas de vidro ou de louça ritualmente usada por pais, mães, filhos e filhas-de-santo das religiões de origem afro-brasileira, e também por crentes que tenham passado por certos rituais iniciáticos; suas cores são simbólicas do orixá ou entidade espiritual especialmente venerada por cada um deles. Patuá: objeto, fórmula escrita ou figura (medalha, figa etc.) que alguém guarda consigo e a que se atribuem virtudes sobrenaturais de defesa contra desgraças, doenças, feitiços, malefícios etc. **Dicionário Eletrônico Houaiss da língua portuguesa**, Editora Objetiva, 2001.

Pode-se afirmar que no Rio de Janeiro, onde predominou o elemento banto, desenvolveram-se basicamente dois principais tipos de cultos. O primeiro, de origem Angola ou Congo, seguia fundamentos essencialmente africanos, posteriormente sofrendo influências de origem nagô, trazidas para o Rio pelos baianos.⁸¹ O segundo tipo mantinha uma base africana, porém aglutinava fundamentos variados, inclusive com a incorporação de santos católicos.

De acordo com Mary Karasch, alguns fatores devem ser considerados para o entendimento da reconstrução de religiões e grupos religiosos africanos no Rio. Entre as questões apontadas pela autora está a diversidade étnica da população escrava, formada por diferentes grupos de procedência, entre os quais estariam aqueles originários de colônias portuguesas na África e, portanto, já possuindo uma formação religiosa “afro-católica”. Karasch afirma que, mais do que conversão religiosa dos escravos; sincretismo religioso⁸² - com a fusão de elementos africanos e católicos -; ou recurso adotado para driblar intolerâncias aos cultos africanos - escondendo divindades africanas atrás de imagens de santos católicos -, a introdução de santos católicos à crença dos orixás estava relacionada à incorporação de novos símbolos ao universo de entidades/espíritos dos escravos, visando diminuir os infortúnios da existência cativa.⁸³

Os viajantes do século XIX se admiravam com a ênfase e a fé que os negros abraçavam rituais do catolicismo, conforme as palavras do missionário americano Fletcher, entre 1851 e 1865:

81 Extensamente abordado em pesquisas de especialistas sobre tradições culturais africanas, as religiões afro-brasileiras, *candomblé*, *umbanda* e *quimbanda*, têm sido objeto de investigação, notadamente no campo da antropologia, nas áreas de estudo que tratam do aspecto ritualístico e mágico das manifestações afro-brasileiras. Ritual de origem banto que cultua a sacralidade ancestral, os *candomblés*, e outras práticas rituais do gênero, eram vistos como uma prática condenável, de características primitivas, incompatíveis com a religiosidade católica da cidade. As suas práticas eram essencialmente restrita aos terreiros, espaços especialmente destinados para tal, em locais que propiciassem resguardo e proteção contra a interferência de autoridades. Sobre esta questão ver SOARES, Luiz Carlos, op. cit., 2007, p. 220-221;

82 Como compreensão de sincretismo, busquei no trabalho do antropólogo Massimo Canevacci a seguinte conceituação: “O sincretismo refere-se – quer como processo, quer como resultado – a todos os níveis dos sistemas socioculturais de tipo voluntário e coercitivo, explícito e implícito, inovador e renovador. Ele diz respeito àqueles trânsitos entre elementos culturais nativos e alheios que levam à modificações, justaposições e reinterpretações, que a cada vez podem incluir contradições, anomalias, ambigüidades, paradoxos e erros.”. CANEVACCI, Massimo. **Sincretismos**: uma exploração das hibridações culturais. São Paulo: Studio Nobel/Instituto Cultural Ítalo Brasileiro-Instituto Italiano de Cultura, 1996, p. 22.

83 KARASCH, Mary, op. cit., 1987, p. 261-284.

Não há classe que tome parte nessas paradas santas com mais zelo do que gente do povo. Ficam, além disso, especialmente satisfeitas, de vez em quando, em avistar um santo de cor, uma Nossa Senhora representada em imagem que tem pele cor de azeviche. “Lá vem um meu parente”, foi a exclamação ouvida de um preto pelo Dr. Kidder, quando uma imagem de cor com cabelos lanosos e lábios e beijos grossos, surgiu à vista; nessa manifestação de alegria, velho preto exprimiu precisamente os sentimentos causados por esses apelos aos sentimentos e à mentalidade dos africanos.⁸⁴

Entre as separações e associações no interior da população negra e escrava, no âmbito da vida religiosa, as irmandades, já anteriormente citadas, desempenhavam um significativo papel na organização de cativos, libertos, africanos e crioulos. As chamadas “irmandades de homens pretos” eram associações leigas formadas por negros, escravos, libertos ou livres dedicados à devoção de santos protetores.⁸⁵ As irmandades congregavam homens e mulheres de um mesmo grupo de procedência, ou grupos afins, intensificando e propiciando um convívio social e cultural. Elas se constituíram como um instrumento de identidade e solidariedade coletivas.

Funcionando como sociedades de ajuda mútua, elas tinham entre os seus diversos objetivos religiosos e sociais a congregação em torno da devoção do santo padroeiro da irmandade; o trabalho em benefício da coletividade, principalmente pelos pobres; ajudar os irmãos nos problemas financeiros, de saúde e na velhice desamparada; proporcionar aos associados sepultamentos e funerais solenes. Eram recolhidas doações e esmolas para ajudar membros da irmandade e custear a realização de estas e funerais.

84 KIDDER, Daniel Parrish; FLETCHER, James Cooley, op. cit., 1941, p. 167-168.

85 Para uma compreensão mais ampla da inserção e participação dos escravos e libertos na Igreja Católica e nas irmandades religiosas no século XIX ver SOARES, Mariza de Carvalho, op. cit., p. 133-161, onde a autora aborda a religiosidade na cidade no século XVIII. De acordo com KARASCH, Mary, op. cit., 1987, p. 82, “teoricamente, todos os Católicos batizados pertenciam a uma igreja Católica. Desde que escravos fossem batizados, eles eram, segundo as crenças da época, membros da Igreja Católica. [...] Como leigos, escravos e pessoas de cor livres podiam entrar e cultivar em todas as igrejas do Rio, e inversamente brancos podiam comparecer às igrejas de negros [...]. Embora cariocas insistissem no batismo de seus escravos e não os segregassem das igrejas deles, não existia igualdade dentro da Igreja Católica, e existiam muitas barreiras na participação e mobilidade dos negros dentro das igrejas de seus senhores. Em particular, as irmandades leigas ajudam a esclarecer como escravos cabiam na institucional Igreja Católica no Rio.” (tradução minha).

Estudos sobre irmandades apontam para a relevância da procedência étnica na organização nas “irmandades de homens pretos”. Sobre as separações em função das diferenças culturais, Mariza de Carvalho Soares, ao estudar negros mina em sua pesquisa sobre identidade étnica e religiosidade no Rio de Janeiro no século XVIII aponta para a existência de divisões entre grupos de diferentes origens étnicas, que se associavam em irmandades específicas. De acordo com a mesma, existiam incompatibilidades tanto entre negros de etnias diferentes, quanto entre negros de mesma procedência étnica. Dessa forma, em uma mesma irmandade poderiam existir agrupamentos de etnias específicas.⁸⁶

No século XIX as irmandades do Rio estavam submetidas a estratificações sociais e hierárquicas, fosse no interior de cada uma delas, fosse na relação umas com as outras ou em relação às igrejas às quais estavam congregadas, de mais ou de menos prestígio na hierarquia eclesiástica. Dessa forma, algumas irmandades eram consideradas “superiores” em relação a outras. Posição social, recursos econômicos e cor da pele funcionavam estavam entre os fatores operantes na hierarquização e na primazia existentes entre os membros das irmandades e entre a irmandades. Além das distinções relacionadas à cor da pele, negros e pardos, na hierarquia das irmandades de cativos e libertos existiam classificações hierárquicas baseadas na procedência, africanos e crioulos. Entre os africanos, além do grupo de procedência, existia a separação entre os recém-chegados, ou “pertos novos”, os boçais e os ladinos.⁸⁷ É extenso o universo de variações de alianças e exclusões existentes nas irmandades, inclusive no interior das irmandades de negros e pardos, e não é minha intenção nem objetivo discorrer sobre as irmandades, tema já amplamente abordado por pesquisadores e estudiosos, entre os quais estão aqueles ora destacados.

Conforme destaca Martha Abreu, “as festas organizadas pelas irmandades em homenagem aos santos padroeiros, ou outros de devoção, eram o momento máximo da vida dessas associações”.⁸⁸ Além das cerimônias rituais católicas, realizadas dentro e fora das igrejas - missas, novenas e procissões –, faziam parte manifestações populares realizadas fora das igrejas, danças, queima de fogos,

86 SOARES, Mariza de Carvalho, op. cit..

87 Em parte de sue trabalho dedicado ao estudo das irmandades, Mary Karasch elaborou uma tabela das irmandades de negros e pardos existentes no Rio de Janeiro no período de 1753 e 1852, com a identificação das igrejas às quais estavam vinculadas, datas e outras informações. KARASCH, Mary, op. cit., 1987, p. 84.

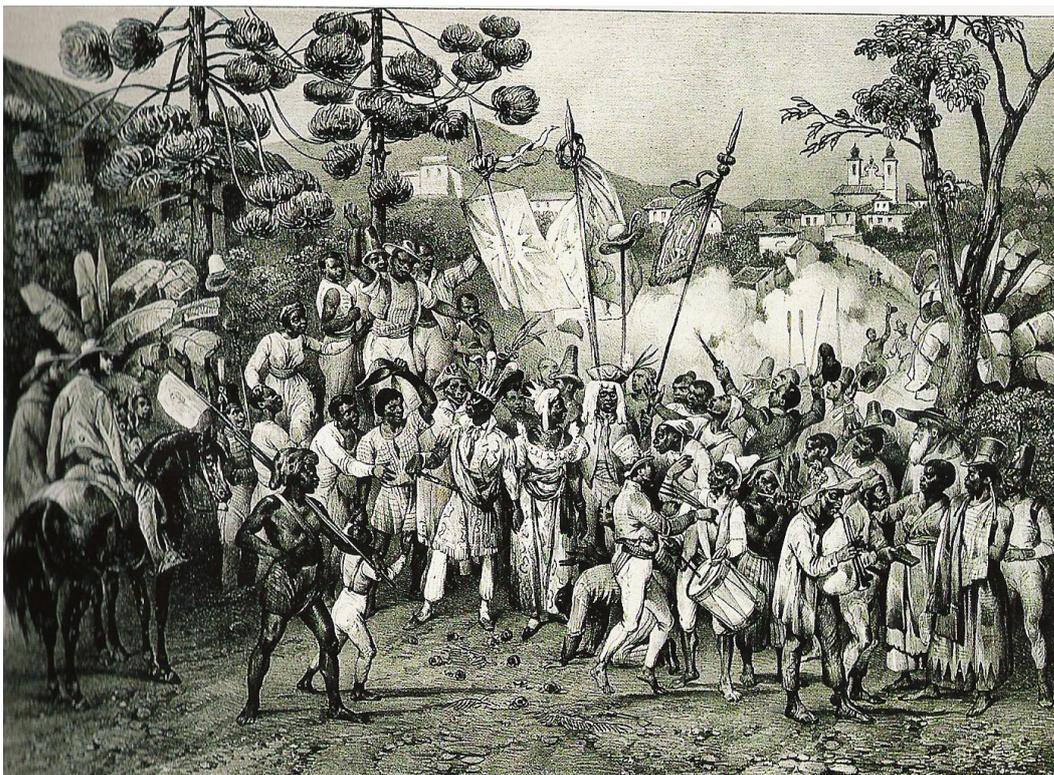
88 ABREU, Martha, op. cit., 1994, p. 183.

venda de comidas e bebidas. Eram oportunidades que os escravos e libertos tinham para realizar suas danças, músicas, e batuques.

Entre as celebrações do calendário religioso que mobilizavam a intensa participação dos escravos do Rio se destacavam Santana, mãe de Nossa Senhora, o Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros. Ocasões em que as irmandades proporcionavam comemorações em que os escravos se manifestavam, com a incorporação de práticas, imagens e símbolos da suas culturas de origem ou reinventadas no contexto da escravidão. Também eram ocasiões em que os escravos se reuniam para batucar e dançar, talvez minimizando, por um tempo, as difíceis condições do dia-a-dia da existência cativa.

As irmandades expressavam suas homenagens aos santos de devoção com a realização de cortejos que percorriam as ruas da cidade anunciando as festas. As manifestações variavam de acordo com os recursos materiais e simbólicos das irmandades, relacionados à cor da pele - conforme os grupos congregados nas irmandades -, de acordo com as possibilidades financeiras e a procedência étnica, entre outros aspectos diferenciadores. Os cortejos representavam cortes imperiais e a coroação de reis e rainhas, em manifestações com alegorias, acessórios e roupas próprios para a ocasião e que misturavam símbolos e objetos de origem africana e européia, conforme pode ser verificado em registro imagético de Rugendas, Il. 6, a seguir.

Nessas ocasiões, homens e mulheres deixavam de lado a dura rotina da escravidão para assumir personagens da realeza, vestindo-se e comportando-se como rei, rainha, corte e súditos reais. Ao som de tambores, flautas e outros instrumentos, o cortejo real percorria as ruas da cidade, saudado com fogos.



Il. 6. *Fête de Ste. Rosalei, patronne des nègres*. Johann Moritz Rugendas (desenho) e Villeneuve (litografia), 1835.

FONTE: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *A travessia da Calunga Grande - Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo : EDUSP, 2000, p. 481.

Nessa cena pode ser apreendido o uso de tecidos e vestes com inspiração africana, assim como o uso de roupas e acessórios nitidamente mais elaborados, próprios para as ocasiões de festa. A presença do rei e da rainha remete a tradições de origens africanas, a coroação do Rei Congo, festividade também conhecida como congada. Marina de Mello e Souza assim aborda a questão dos hibridismos culturais dessas manifestações:

Os mantos, roupas especiais, coroas, cetros e tronos são descritos por diversos observadores das congadas e aparecem em imagens que registraram essas ocasiões. As roupas provavelmente eram feitas por iniciativa das pessoas que as vestiam, sendo mais um indício do esforço financeiro exigido para a ocasião. Misturando trajes europeus, como vestidos longos, casacas, calções e mantos, com turbantes e tangas, da mesma forma que jóias e sabres eram usados junto com penas de avestruz e máscaras, a corte festiva se apresentava como síntese de elementos díspares, lida como farsesca pelos observadores que as registraram.⁸⁹

Ainda sobre as manifestações individuais e coletivas no âmbito da vida religiosa dos escravos no contexto da escravidão no Rio, nos estudos realizados

⁸⁹ SOUZA, Marina de Mello e, op. cit., p. 217.

sobre as trocas e re-interpretações do catolicismo pelos escravos, destaco as pesquisas de Marina de Mello e Souza sobre a história da festa da Coroação do Rei Congo; de Mariza de Carvalho Soares enfocando as relações entre identidade étnica, e religiosidade e escravidão; e de Martha Abreu sobre as festas do Divino Espírito Santo. Mariza Soares e Martha Abreu se dedicam à cidade do Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX, respectivamente.⁹⁰

A história da escravidão no Brasil tem mostrado que no interior da população negra coexistiam várias identidades, várias formas de resistir e várias formas de viver. Africanos eram diferentes e crioulos eram diferentes, entre si e uns dos outros. A condição cativa colocava todos em um mesmo conjunto social, porém as diferenças étnicas e culturais produziam distinções e alianças no interior da população escrava. Questões relacionadas à identidade e à diversidade étnicas e os arranjos entre grupos étnicos díspares foram uma constante na vida de escravos e libertos. Associações e separações estavam expressas nas estratégias, nos comportamentos, nas escolhas e nas práticas culturais dos escravos.

Como conclusão a esse panorama, no qual procurei demarcar características da escravidão no Rio de Janeiro no século XIX, entendo que, a despeito de toda a hostilidade e dificuldade da rotina árdua de trabalho e a privação de liberdade, a escravidão na cidade proporcionava a criação de uma rede de relações sociais e urbanas que ampliavam possibilidades de resistência a alguns fatores restritivos que a condição escrava impunha aos cativos.

Embasada em pesquisas de estudiosos da escravidão brasileira e à luz da iconografia e dos textos de viagem, busquei referenciar os principais aspectos que permeavam o cotidiano de trabalho e suas pausas na existência dos escravos urbanos do Rio de Janeiro. O objetivo principal dessa incursão panorâmica foi buscar dados materiais e simbólicos para embasar análises sobre formas e hábitos de vestir dos escravos do Rio de Janeiro oitocentista, visando uma possível ampliação do conhecimento existente sobre o tema.

90 SOUZA, Marina de Mello e, op. cit.; SOARES, Mariza de Carvalho, op. cit.; ABREU Martha, op. cit., 1994 e 1999.